



Qual o lugar da(o) psicóloga(o)?

A PSICOLOGIA BRASILEIRA VEM PASSANDO POR PROFUNDAS TRANSFORMAÇÕES NAS ÚLTIMAS DÉCADAS. O AUMENTO DO NÚMERO DE PSICÓLOGAS (OS), A AMPLIAÇÃO DAS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS E A CRESCENTE INSERÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO EXPOENTES DESSE NOVO CENÁRIO. (PÁG. 12)

STOCK.XCHNG

Mobilidade urbana para além do trânsito

A mobilidade urbana tem ganhado grande relevância nos debates atuais da sociedade brasileira. Essa discussão, contudo, é complexa e não diz respeito apenas às questões ligadas ao trânsito. (PÁG. 07)



STOCK.XCHNG

Ato Médico: a luta continua

O CRP-RJ está atento à tramitação do PL 6.126/2013, que representa uma manobra política para resgatar o Ato Médico, comprometendo a autonomia de 14 categorias profissionais da Saúde. (PÁG. 24)



STOCK.XCHNG

EDITORIAL

Um novo começo

Este editorial inscreve-se em um tempo, por vários motivos, de grande intensidade, onde se apresentam questionamentos e se demandam respostas e encaminhamentos para a Psicologia e para o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Com este número, pretendemos voltar a ter edições regulares, trimestrais, do nosso jornal. Ele não é apenas informativo; ele é temático, pois consideramos que seja instrumento de formação e qualificação da (do) profissional da Psicologia, com a apresentação e discussão de temas urgentes e candentes que atravessam nossa profissão.

Este número do jornal marca também o início da nova gestão do CRP-05, com seu XIV Plenário, que tem seu período de mandato de setembro de 2013 a setembro de 2016. Os conselheiros do XIV Plenário deparam-se com uma situação terrível, no município do Rio de Janeiro e no estado: o desrespeito e ataque a certos princípios e direitos, caros a nós, como aqueles dos Direitos Humanos e da Ética, que ferem os compromissos que a Psicologia, a nosso ver, deve ter com a sociedade, especialmente aquelas camadas mais desassistidas pelos poderes públicos. Com o pretexto de preparar a cidade para os grandes eventos – a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 –, tomam-se medidas de violência contra populações já marginalizadas e excluídas, expulsando moradores de seus casebres e moradias paupérrimas e “limpando” as ruas de elementos indesejáveis – “craqueiros”, mendigos, moradores de rua, etc, que poderiam, com sua presença, ofender a sensibilidade aristocrática dos turistas.

No panorama geral da Psicologia no Brasil, vemos algumas situações e tendências preocupantes: uma apresentação de teses e movimentos conservadores que se opõem a princípios e ordenamentos já estabelecidos há tempos, desde o momento em que, na década de 1990, o Sistema Conselhos de Psicologia iniciou um processo de democratização na tomada de suas decisões e no relacionamento com a categoria. Concomitante a isso, foi-se criando e afirmando uma política de defesa dos Direitos Humanos, do cuidado com os princípios e normas técnicas e éticas da profissão e um compromisso com a sociedade, especialmente com os usuários de seus serviços. Em estreita relação com esta visão conservadora, amparando-a e servindo-se dela, avança na Psicologia a tendência de se patologizar as condutas, e na política e sociedade, a judicialização, criminalização e punição dos comportamentos.

Opor-se a estes movimentos conservadores que tentam impor uma pauta moralista e rastaquera, centrada nos costumes, à sociedade e à política, buscando afirmar posições baseadas em credos religiosos em um Estado que é laico, exige uma constante atitude atenta e crítica, a mesma que anima os artistas em seu processo criador: uma atitude de resistência intelectual e humana contra o obscurantismo e a opressão.

EXPEDIENTE

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro • CRP-RJ

R. Delgado de Carvalho, 53 • Tijuca • CEP: 20260-280
Tel./Fax: (21) 2139-5400 | E-mail: crprj@crprj.org.br
www.crprj.org.br

Diretoria Executiva:

José Novaes (CRP 05/980), Presidente
Marília Alvares Lessa (CRP 05/1773), Vice-presidente
Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/35809), Tesoureiro
Rodrigo Acioli Moura (CRP 05/33761), Secretário

Membros Efetivos:

Ágnes Cristina da Silva Pala (CRP 05/ 32409)
Analícia Martins de Souza (CRP 05/31168)
Claudia Simões Carvalho (CRP 05/30182)
Janaína Sant’Anna Barros da Silva (CRP 05/17875)
Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608)
Juraci Brito da Silva (CRP 05/28409)
Luciana Vanzan da Silva (CRP 05/ 35832)
Marcia Ferreira Amendola (CRP 05/24729)
Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929)
Maria Helena do Rego Monteiro de Abreu (CRP 05/24180)
Neide Regina Sampaio Ruffeil (CRP 05/ 26238)

Membros Suplentes:

Alexandre Nabor Mathias França (CRP 05/32345)
André Souza Martins (CRP 05/33917)
Andris Cardoso Tiburcio (CRP 05/17427)
Denise da Silva Gomes (CRP 05/ 41189)
Fátima dos Santos Siqueira Pessanha (CRP 05/9138)
José Henrique Lobato Vianna (CRP 05/ 18767)
Juliana Gomes da Silva (CRP 05/41667)
Luciana Affonso Gonçalves (CRP 05/ 12614)
Maurílio Machado Marchi (CRP 05/ 7592)
Patrick Sampaio Braga Alonso (CRP 05/ 32004)
Priscilla Gomes Bastos (CRP 05/ 33804)
Simone Garcia da Silva (CRP 05/ 40084)
Vanda Vasconcelos Moreira (CRP 05/6065)
Viviane Siqueira Martins (CRP 05/ 32170)

Comissão Editorial:

Janaína Sant’Anna Barros da Silva (CRP 05/17875)
Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608)
José Novaes (CRP 05/980)
Priscilla Gomes Bastos (CRP 05/ 33804)
Rosilene Souza Gomes (CRP 05/10564)

Redação, edição e fotos

Felipe Simões - MTb 317228/RJ
Gizele Martins - MTb 317228/RJ
Caroline Justo (estagiária)

Projeto Gráfico e Diagramação

Julia Lugon

Impressão

Walprint Gráfica e Editora
Tiragem 35.000 exemplares/ Trimestral

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

ARQUIVO CRP-RJ



XIV Plenário toma posse

NOVA GESTÃO DO CRP-RJ RECEBE APOIO E REAFIRMA COMPROMISSOS

Em cerimônia realizada no dia 27 de setembro de 2013, na sede do CRP-RJ, tomou posse o XIV Plenário para a gestão 2013-2016. A solenidade contou com a presença de representantes de diversas associações, universidades e instituições ligadas à Psicologia, que foram prestar homenagem aos membros eleitos do novo plenário.

Dando início à cerimônia, a então presidente do CRP-RJ, Vivian de Almeida Fraga (CRP 05/30376), fez um breve balanço da gestão do XIII Plenário (2010-2013) à frente do CRP-RJ. “Nesses últimos três anos, tivemos muitas experiências e brigas políticas afirmando práticas de combate ao que é hegemônico”.

Vivian desejou também sorte ao plenário eleito. “Estar à frente do CRP-RJ por três gestões seguidas é uma questão com a qual o plenário tem que se haver a todo o momento. O campo político Ética e Compromisso Social, em sua quarta gestão, tem muitos deveres de casa a fazer. É com esse espírito que devemos sempre pensar que é essa história que nos fortalece”.

O psicólogo Edgard Felberg (CRP 05/34038), membro da Comissão Regional Eleitoral (CRE), fez uma breve fala a respeito dos trabalhos da CRE na condução do processo eleitoral no estado do Rio de Janeiro.

“Esse ano, tivemos um processo eleitoral inovador, com grande parte dos psicólogos do estado votando

pela primeira vez pela internet. Isso, obviamente, abarcou novas dificuldades e apontou novos desafios. Esperamos agora que o próximo processo eleitoral seja amplificado e principalmente mais acolhedor para toda a categoria”, afirmou.

Em seguida, os conselheiros eleitos foram convocados a assinar o termo de posse e depois foi anunciada a composição da nova diretoria executiva do CRP-RJ, composta por José Novaes (CRP 05/980) como conselheiro-presidente, Marília Álvares Lessa (CRP 05/1773) como conselheira vice-presidente, Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/35809) como conselheiro-tesoureiro e Rodrigo Acioli Moura (CRP 05/33761) como conselheiro-secretário.

Homenagens e agradecimentos

O novo presidente do CRP-RJ, então, tomou a palavra e reafirmou os princípios que nortearão o trabalho do XIV Plenário. “Nós temos uma grande agenda de trabalho e precisaremos estabelecer as nossas prioridades. Gostaria de enfatizar que vamos continuar respeitando certos princípios básicos, com os quais, inclusive, nos apresentamos desde 2004, quando assumimos o XI Plenário. Alguns destes princípios são: a ética, o compromisso social, o respeito e a defesa dos Direitos Humanos e também o respeito à diferença e à diversidade que atravessam o ser humano”, acrescentou.

Em um momento emocionante da cerimônia, Novaes fez menção à memória da psicóloga, ativista dos Di-

reitos Humanos e membro da Comissão Gestora do CRP-RJ (março de 2003/setembro de 2004), Margarete de Paiva Simões Ferreira, que faleceu em dezembro de 2006, vítima de câncer. “Quero lembrar agora a Margarete, uma batalhadora da Psicologia do Rio de Janeiro. Margarete, você venceu mais uma batalha”, disse.

Representando o Conselho Federal de Psicologia, o então Coordenador Nacional de Direitos Humanos, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077), cumprimentou o plenário eleito e relembrou o período em que foi conselheiro do CRP-RJ (2004-2010).

“Exatamente hoje faz nove anos que o XI Plenário tomava posse nesse mesmo auditório. Eu tive a grata satisfação de participar das duas primeiras gestões do campo Ética e Compromisso Social. Naquele período, tínhamos a impressão de que o Rio de Janeiro fazia a diferença no cenário nacional e acreditávamos que o Rio protagonizava uma série de lutas. E foi muito importante para mim estar no CFP nos últimos três anos e ter a certeza de que o Rio faz a diferença”, declarou.

Por fim, Lurdes Perez Oberg (CRP 05/9170), coordenadora do Departamento de Psicologia da Universidade Veiga de Almeida e membro do plenário eleito do CFP, fez a leitura de uma mensagem encaminhada pelo grupo ao XIV Plenário do CRP-RJ.

“Nós, como membros eleitos para compor o XVI Plenário do CFP pelo período de três anos, saudamos este momento tão especial para a gestão do XIV Plenário do CRP-RJ. Temos clareza de que os Conselhos Regionais têm um papel essencial como interlocutores e representantes diretos dos psicólogos inscritos e parceiros nos processos decisórios da Autarquia”.

Processo eleitoral

Com 61% dos votos válidos, a Chapa Ética e Compromisso Social foi eleita pelas (os) profissionais do estado do Rio para a gestão 2013/2016 do CRP-RJ. As eleições aconteceram em todos os Conselhos de Psicologia do país nos dias 26 e 27 de agosto de 2013 e, pela primeira vez, foram majoritariamente on-line, ou seja, as (os) psicólogas (os) puderam votar de casa, do trabalho ou de qualquer local com acesso à internet.

A votação on-line começou às 8h do dia 26 de agosto e se encerrou às 17h do dia 27. Nesse último dia, foram instalados postos de votação na sede e nas subsedes do CRP-RJ para que as (os) psicólogas (os) que tiveram problemas para votar em equipamento próprio pudessem participar do processo eleitoral.

No estado do Rio, cerca de 90% das (os) profissionais votaram pela internet, facilitando, com isso, a apuração dos votos e fortalecendo a transparência do processo eleitoral. O restante das (os) profissionais do estado votou por correspondência.

“Lutamos por visibilidade à atuação psi em outros espaços e pela ampliação do olhar da prática do psicólogo”

PRESIDENTES DO CRP-RJ DURANTE O XIII PLENÁRIO FAZEM BALANÇO FINAL DE GESTÃO

O XIII Plenário assumiu o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro em setembro de 2010, tendo a psicóloga Lygia Santa Maria Ayres (CRP 05/1832), doutora em Psicologia Social pela UERJ e pesquisadora do Serviço de Psicologia Aplicada da UFF, como presidente até setembro de 2012, quando assumiu Vivian de Almeida Fraga (CRP 05/30376), psicóloga, mestre em Psicologia Social pela UERJ, professora da Universo/Niterói e consultora e pesquisadora em Psicologia e Políticas Sociais.

Em conversa com o Jornal do CRP-RJ, Vivian e Lygia falaram sobre os principais desafios enfrentados pela gestão, que se encerrou em setembro de 2013, e fizeram um balanço dos principais avanços obtidos nos últimos três anos para a Psicologia e seus profissionais no estado do Rio.

Quais os principais desafios enfrentados?

Lygia: Na nossa gestão, entramos com firme propósito de sedimentar algumas práticas, pensando a Psicologia no seu caráter político. Começamos, então, a trabalhar a Psicologia como um dispositivo de intervenção na vida do indivíduo e da sociedade, pensando sempre o indivíduo de modo coletivo, como sujeito social e político. O grande desafio inicial foi pensar o que é ética, qual o compromisso da Psicologia com a sociedade e como institucionalizamos ou fortalecemos esse lugar na Psicologia e da Psicologia como dispositivo político. E quando digo “político”, não estou pensando política partidária. Essa transição foi muito difícil. É claro que não é fácil toda vez que você propõe uma grande mudança. Conseguimos mobilizar mais a categoria, especialmente no interior do estado, trazendo psicólogos para pensar novas formas de fazer a Psicologia. Conseguimos também trazer pautas sociais importantes para a Psicologia, como a internação compulsória, a mobilidade urbana, a questão da medicalização e da judicialização da vida, por exemplo. São questões que, a princípio,



ARQUIVO CRP-RJ

(Da esq. para dir.) Lygia e Vivian durante a entrevista ao Jornal do CRP-RJ

você não pensaria na Psicologia, mas, hoje, tanto os psicólogos como a sociedade conseguem enxergar a intervenção da Psicologia nessas questões.

Uma das apostas do XIII Plenário foi a construção de uma prática pautada na coletivização das discussões junto à categoria. Quais as principais realizações do CRP-RJ nesse campo?

Lygia: Dentro da lógica de privilegiar a orientação à fiscalização e à punição, nós conseguimos ampliar a quantidade de oficinas promovidas pela Comissão de Orientação e Ética (COE) para levar aos profissionais, e também às universidades, as orientações relacionadas à prática do psicólogo, tais como as resoluções e os princípios éticos que regem a nossa profissão. Temos também a 7ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia [promovida em agosto de 2013, no Rio de Janeiro], um espaço muito potente de diálogos e trocas de experiências entre a categoria. Além disso, fazemos periodicamente reuniões com todos os psicólogos que representam o CRP-RJ dentro do Controle Social.

Vivian: Diferente do que as pessoas podem pensar, as representações do CRP-RJ nos órgãos de Controle

Social não são cadeiras para as quais necessariamente indicamos alguém porque temos alguma indicação política para fazer. Muito pelo contrário. Normalmente, são os próprios psicólogos que procuram o Conselho e solicitam determinado assento. Isto é, o Controle Social é uma resposta nossa a uma demanda da própria categoria. E nosso trabalho tem sido este: mobilizar a categoria a estar nesses lugares, fomentando essas micropolíticas. Na verdade, as pessoas às vezes não conseguem entender essa questão, e essa é uma crítica que alguns nos fazem: “o CRP-RJ não tem um olhar voltado para Psicologia”. Eu penso justamente o oposto. Se pensássemos historicamente, teríamos ainda hoje uma inserção essencialmente na prática clínica. Contudo, essa referência vem sendo reduzida com a inserção dos profissionais nas políticas públicas. E isso também é Psicologia! Quer dizer, nós lutamos por visibilidade à atuação psi em outros espaços e pela ampliação do olhar da prática do psicólogo.

A regionalização e a descentralização política são também um dos pilares das ações do XIII Plenário. Nesse sentido, como vocês veem o papel das subdes do CRP-RJ?

Vivian: Sempre tivemos o entendimento de que uma subsele deveria ser construída a partir da mobilização política dos profissionais da região, como aconteceu, por exemplo, em Campos dos Goytacazes. Do ponto de vista administrativo, construir e manter uma subsele implica um custo financeiro alto, considerando ainda que uma subsele tem um psicólogo fiscal, um agente administrativo e uma comissão gestora para pensar as ações políticas para a região.

"Por trás do Ato Médico, há uma perspectiva ideológica de construção de uma sociedade medicalizada e controlada".

Vivian

Lygia: O que a Vivian disse é muito importante. A categoria tem de se mobilizar. Hoje, precisamos ter outra noção de Conselho. Não há mais a necessidade de associar o CRP ao espaço físico somente. Cada um que nos representa numa cadeira no Controle Social é parte do Conselho. Só que, para isso, o profissional e o Conselho têm que estar juntos, discutindo as propostas e os encaminhamentos de acordo com a realidade de cada região.

Outra ação muito importante desse plenário foi a transversalização das discussões, especialmente junto a outros conselhos profissionais. Falem um pouco, por favor, sobre esse trabalho em rede.

Vivian: Esse trabalho já vem acontecendo desde 2008. Essa articulação no Colegiado de Conselhos Profissionais do Rio de Janeiro, conhecido como Conselhinho, garantiu algumas intervenções conjuntas muito importantes para o estado do Rio. Podemos citar várias intervenções conjuntas dentro da Saúde e da Saúde Mental, especialmente na questão da internação compulsória, em hospitais e em muitos processos de desinstitucionalização, como vem acontecendo em Nova Iguaçu e Campos. Em Nova Iguaçu, fizemos, no começo do ano, a partir da mudança da gestão municipal, toda uma avaliação da situação da Saúde no município e, em seguida, temos articulado ações conjuntas de fiscalização e orientação. Em Campos, por exemplo, firmamos uma parceria com o Conselho de Serviço Social e, desde o ano passado, muitas ações conjuntas na área da Saúde vêm sendo promovidas.

O estado do Rio, e o país como um todo, estão passando por um momento político muito peculiar. O Ato Médico e as contestações que a Resolução CFP nº 001/1999 vem sofrendo expressam um pouco esse quadro. Como vocês avaliam esse cenário?

Vivian: Na verdade, eu vejo isso como um movimento natural do processo democrático porque a

democracia fala de campos de forças. Eu acho que o contexto político-partidário que vem se fortalecendo no Brasil atualmente agrava esse tipo de tensionamento que as políticas públicas vêm sofrendo. Não é à toa que quando você pergunta, no caso do Ato Médico, "quanto vale o médico?", eu pergunto de volta "quanto vale a população que é atendida pelo médico?", pois ela vale muito mais que qualquer médico e qualquer profissional da Saúde. Por trás do Ato Médico, há uma perspectiva ideológica de construção de uma sociedade medicalizada e controlada. Eu diria, portanto, que essa lei é completamente desrespeitosa com 13 profissões da área da Saúde, pois você vê profissionais que deveriam atuar de modo complementar e intersetorial sendo submetidos a uma hierarquia médica que não deveria existir.

Como vocês veem o papel do Conselho na defesa dos Direitos Humanos?

Vivian: Temos percebido que a Psicologia é convocada a estar em muitos lugares e de diferentes maneiras. Essa gestão sempre defendeu que os profissionais coloquem em análise as demandas que chegam. Essa prática reflexiva é um ato político muito importante para os profissionais e a Psicologia e também representa um passo fundamental para garantirmos uma prática que afirme os Direitos Humanos. Vou dar um exemplo: no caso da internação compulsória, nos posicionamos contra desde o início porque víamos o que estava ali por trás, porque sabemos que essa medida não resolve o problema e que, na verdade, não passa de uma forma de mascarar uma realidade de precarização de serviços públicos e falta de interlocução desses serviços com as políticas públicas.

Lygia: Uma pergunta que nos faziam é: "a internação compulsória cabe à Psicologia?". Claro que cabe! Cabe à Psicologia pensar como essas práticas e esses discursos vão sendo apropriados por parte da população e da sociedade. Aí nos perguntam: "você são contra a internação compulsória, e então, o que fazemos, deixamos as pessoas morrerem?". Claro que não! A Psicologia possui outros meios para oferecer assistência adequada a um usuário de droga e a internação não é a melhor maneira de fazer isso. O que estou dizendo tem forte relação com o que a Vivian disse. Não é toda a demanda que a gente tem que acolher do jeito que eles querem. Por conta disso, muitas pessoas questionam também: "é trabalho para psicólogo e o Conselho não apoia?". Claro que apoiamos, agora, precisamos pensar também sobre que trabalho estamos falando. O Conselho vai lutar por emprego, pura e simplesmente, ou vamos lutar por um espaço legítimo e sustentável de atuação e intervenção para o psicólogo?

Vivian: Quando criticamos o modelo da internação compulsória, por exemplo, estamos, na verdade, defendendo a inclusão de um serviço de atendimento

psicossocial com muito mais profissionais atuando dentro dele. Ou seja, estamos falando claramente em ampliação de emprego para o psicólogo. Agora, isso não se faz de uma hora para outra. Nós temos que lutar, e a nossa gestão nunca deixou de fazer isso, pela abertura de mercado de trabalho para psicólogos em todo o estado, mas um mercado de trabalho sólido e sustentável, que ofereça aos profissionais condições adequadas de atuação e remuneração. É por isso também que sempre defendemos os concursos públicos para psicólogos e fazemos o acompanhamento desses editais aqui no estado do Rio.

Em 2011, a Psicologia brasileira esteve voltada para a discussão da Avaliação Psicológica por conta do Ano Temático instituído pelo CFP. Qual foi a importância desse debate?

Vivian: Eu acho que a Avaliação Psicológica é uma temática que nunca deixamos de discutir aqui no Rio de Janeiro. Mas é claro que fomentar esse debate de modo mais direcionado é muito importante. Agora, aqui no CRP-RJ, antes mesmo do ano temático, nós já vínhamos com toda uma discussão sobre escuta de crianças e adolescentes, exame criminológico, medicalização... Em todas essas temáticas estamos falando de Avaliação Psicológica.

"A Psicologia nasce com o papel de diagnosticar e separar, e sempre foi pensada na perspectiva de fazer essa exclusão. É isso que precisamos combater".

Lygia

Lygia: Esse debate é o ponto central da Psicologia, que nasce da e para a Avaliação Psicológica. Nós queremos pensar, e durante o ano temático percebemos que parte expressiva da categoria concorda conosco, uma Avaliação Psicológica sem esse caráter puramente avaliativo. Porque a Psicologia nasce com o papel de diagnosticar e separar, e sempre foi pensada na perspectiva de fazer essa dicotomia, essa exclusão. É isso que precisamos combater.

Vivian: Quando nos posicionamos dessa forma, recebemos alguns questionamentos do tipo: "Vocês não defendem Avaliação Psicológica ou não defendem a utilização de testes?". Acho importante deixar claro que o papel do Conselho é o de garantir os princípios éticos da profissão e fazer com que o psicólogo pense a respeito do instrumento que ele considera que vai ajudá-lo a avaliar o outro. Quando afirmamos, por exemplo, que os testes se colocam a partir de contextos e fatos históricos, é justamente um modo de demarcarmos as limitações daquele instrumento.

Década Mundial de Ações de Segurança no Trânsito é tema de congresso na Bahia

A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NO TRÂNSITO DEVE SER PENSADA PARA ALÉM DA AVALIAÇÃO PARA OBTENÇÃO DA CNH

O “3º Ano da Década Mundial de Ações de Segurança no Trânsito” foi o tema central do 8º Congresso Brasileiro de Trânsito e Vida, realizado entre 30 de outubro e 1º de novembro de 2013 em Salvador (BA). Em sua 8ª edição, o encontro, promovido pela Federação Nacional das Associações de Detran (FENASDETRAN), teve o objetivo de fomentar o debate a respeito da Década Mundial de Ações de Segurança no Trânsito a fim de contribuir para a redução dos altos índices de eventos de trânsito (acidentes de trânsito) no país.



STOCK.XCHNG

Para a psicóloga especialista em Psicologia do Trânsito e presidente da Comissão de Comunicação Social (CCS) do CRP-RJ, Janaina Sant’Anna (CRP 05/17875), “o congresso aconteceu em um importante momento em que, somente no Brasil, os eventos de trânsito geram, ao poder público, perdas anuais de R\$ 40 bilhões, conforme dados de 2012 do IPEA”.

A invisibilidade dos eventos no trânsito há décadas habita o território brasileiro. Isso porque o governo arca com esses elevados custos, ao invés de investilos efetivamente na prevenção a esses eventos, enquanto que as vítimas sofrem os diversos danos por eles provocados.

“Vale ressaltar que é urgente o envolvimento de todos os setores da sociedade brasileira, pois o número de vítimas no trânsito do país, ao invés de reduzir, aumenta progressivamente, e, sobretudo, vivenciamos o crescimento exponencial de graves eventos envolvendo motocicletas”, pontua a psicóloga.

Década Mundial de Ações pela Segurança no Trânsito

Lançada no dia 11 de maio de 2011 pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Década Mundial de Ações pela Segurança no Trânsito (2011/2020) marca o compromisso internacional de reduzir em 50% as mortes no trânsito, poupando cerca de cinco milhões de vidas até 2020. Essa meta deve ser alcançada a partir de ações concretas orientadas pelos planos mundial, nacional e regionais na promoção dos Cinco Pilares do Plano Global para a Década, que são: 1) Gestão da segurança do trânsito; 2) Vias de trânsito e mobilidade mais segura; 3) Veículos mais seguros; 4) Comportamento e segurança dos usuários da via; 5) Assistência às vítimas.

Estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS) apontam que os eventos de trânsito são hoje a 9ª maior causa de mortes no mundo. Para se ter uma ideia da gravidade desse cenário, somente em 2009, cerca de 1,3 milhão de pessoas em 178 países perderam a vida por conta de eventos de trânsito e outras 50 milhões sobreviveram com sequelas. Isto é, se ações efetivas não forem tomadas até 2020, a OMS estima que 1,9 milhão de pessoas morrerão no trânsito, chegando a 2,4 milhões de mortes em 2030.

O Brasil ocupa hoje o quinto lugar entre os países recordistas em mortes no trânsito, atrás apenas da Índia, China, EUA e Rússia e seguido por Irã, México, Indonésia, África do Sul e Egito. Juntas, essas dez nações são responsáveis por 62% das mortes mundiais nesse tipo de eventos.

Esse problema é mais grave nos países de rendas média e baixa e com maior desigualdade social onde ocorrem 90% do total de mortes registradas no mundo. Ao mesmo tempo, esse grupo possui menos da metade da frota de veículos do planeta (48%), e, além disso, a maior parte das vítimas não são condutores nem ocupantes dos veículos.

“Os dados assustam. Várias questões que atravessam essa temática são noticiadas diariamente pela mídia, as discussões avançam, mas simplesmente não produzem efeitos”, avalia Janaina. “Logo no início do 8º Congresso, foi abordado o envolvimento do Brasil para atingir a meta de redução da morbimortalidade no trânsito. O balanço das ações do país foi apresentado e os dados não foram compatíveis com

a proposta principal do plano mundial. Ou seja, o Brasil está na contra mão da Década!”.

Ainda segundo Janaina, “algumas medidas para combater essa realidade foram muito debatidas durante o congresso: a promoção da saúde no trânsito, a segurança, a educação, a redução do dano ambiental e do custo energético, entre outras. Conforme muito bem abordado durante o congresso, a Década é de ações: sustentáveis, integradas, inclusivas e com foco em resultados”.

Inserção da Psicologia

Uma questão que foi amplamente debatida durante o 8º Congresso diz respeito à assistência à saúde destinada às vítimas de eventos de trânsito no Brasil, visto que, conforme sugere a própria OMS, o trânsito deve ser tratado como uma questão prioritária de saúde pública. Nesse sentido, a prática da Psicologia está completamente inserida nesse contexto e deve ser compreendida de modo amplo, para além do processo de avaliação psicológica para obtenção da Carteira Nacional de Trânsito (CNH).

Segundo Janaina, “a influência da mídia, o estímulo ao consumo de álcool, a priorização do transporte individual em detrimento ao público foram temas brilhantemente apresentados no congresso. A preocupação com o sofrimento psíquico ocasionado pelos eventos de trânsito às suas vítimas foi abordada durante todo o evento: o trauma psíquico, o estresse pós-traumático, a fobia, a depressão e as demandas das vítimas e dos enlutados que não são atendidas pelo sistema de saúde pública no Brasil. Nas palestras apresentadas, havia claramente um olhar mais humanizado, relacionado à questão dos Direitos Humanos. Essa discussão é muito cara para a Psicologia”.

“A rede pública em nosso país”, completa Janaina, “não dispõe de serviços integralizados que ofereçam a essas pessoas uma assistência multidisciplinar. Essa discussão afeta diretamente a Psicologia, como ciência e profissão, e demanda novas políticas públicas para a questão da mobilidade urbana de modo que possam ser assegurados dispositivos públicos que atendam às demandas das vítimas – diretas e indiretas – dos eventos de trânsito em nosso país”.

Se interessou pela temática? Acesse www.transitevida.com.br e veja a cobertura completa do evento.

Mobilidade urbana para além do trânsito



STOCK.XCHNG

ENTREVISTA COM A PSICÓLOGA ANA CABRAL RODRIGUES

A mobilidade urbana tem ganhado grande relevância nos debates atuais da sociedade brasileira. Essa discussão, contudo, é complexa e não diz respeito apenas às questões ligadas ao trânsito. Com a aproximação dos grandes eventos esportivos, diversas obras de “revitalização” vêm sendo realizadas no Rio de Janeiro, pondo em prática um projeto de cidade excludente e segregacionista que prioriza a privatização do espaço urbano ao invés do bem-estar da sua população. Esse contexto particular - no Rio e também em todo o país - trouxe à pauta do dia importantes aspectos dessa ampla discussão que eram, até então, negligenciados.

Em entrevista exclusiva ao Jornal do CRP-RJ, a psicóloga, professora adjunta do Departamento de Psicologia da UFF e doutora em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ, Ana Cabral Rodrigues (CRP 05/31882), falou um pouco mais sobre esse importante assunto.

Como você avalia a questão da mobilidade urbana atualmente no Rio de Janeiro?

Ana: Entendo que não haja “a” questão da mobilidade. Há, em meu ver, o que eu chamaria de uma disputa por sentidos de mobilidade, por sentidos de urbano. Feitas elas antes territórios, arenas do que simples signos que representam algo do mundo. Esta é uma disputa que, é claro, não se dá como simples confronto de ideias que pairam sobre nossas cabeças. Digo de arenas que têm cheiro, rugosidade, aspereza. Digo de línguas que ‘estalam impaciências’ nas filas do banco; de menino que espera a hora do almoço em cima da árvore da praça; de táxi que aceita corridas apenas até determinadas ruas do morro; de projetos de pontos de ônibus barrados para não se permitir a gentes estranhas, pessoas ‘diferenciadas’, chegar a bairros nos quais causariam desconfortos; de construção de mirantes turísticos no alto das favelas; de imagens aéreas dos ‘vândalos’ que seguem depredan-

do o patrimônio público e privado que estiver pelo caminho; de cancelas que ‘protegem’ ruas sem saída.

O uso desses fragmentos tem aqui fundamental importância frente à imagem tão corriqueira quanto impregnante das luzes sobre quilômetros e quilômetros de asfalto. Nas luzes avermelhadas das lanternas traseiras dos carros, “mobilidade urbana” se diz de maneira uníssona e por um sentido que parece mostrar-se inequívoco, fazendo-nos experimentar certo constrangimento, uma considerável dificuldade em vivê-la, em pensá-la de outros lugares que não aqueles amparados pela dualidade fixidez/fluidez que aí se diz de maneira contumaz.

Assim, talvez, seja justamente a própria ‘vontade de unísono’ e seus efeitos aquilo que, em meu ver, se apresenta aqui como questão para pensarmos juntos. Questão estratégica. Pois nos permite dizer não de um Rio de Janeiro que tem ‘a’ ou ‘as’ várias questões de mobilidade urbana a serem sanadas. Questão ético-política, sem dúvida, pois nos convoca a pensar não apenas em como a Psicologia pode intervir, mas também como nossas práticas, nossos posicionamentos e nossos dizeres estão inseridos nessas mesmas arenas, nessas mesmas disputas.

Como, na sua opinião, tem sido conduzido o projeto de cidade no Rio de Janeiro?

Ana: Justamente como um projeto da cidade. Projeto que só pode ser sustentado enquanto tal à medida que vai se criando uma experiência, uma sensação de consensos, na qual, cada ruído, antes mesmo de poder afirmar um outro, uma diferença, é rapidamente expurgado ou apreendido como um mesmo. O tema mais do que revisitado – o do se tornar sede de grandes eventos – é apresentado como grande oportunidade de realizar sonhos há muito tempo adormecidos. Uma nova forma, portanto, de narrar a história dessa cidade, de construir sua memória e de narrar seus anseios e seu futuro toma lugar.

Eu poderia dizer que, ainda que tal conjuntura inspire grande preocupação, não a vejo com desesperança. Afinal, não entendo que, ainda que estejamos acompa-

nhando dia a dia uma franca privatização dos espaços e da vida, ainda que estejamos vivendo uma galopante transformação da cidade em vitrine, em mercadoria a ser consumida – e isto é gravíssimo – não entendo que nos encontremos em um rumo apocalíptico ou de “perda do sentido” da cidade. Como se nos tempos anteriores vivêssemos em uma cidade mais autêntica, mais verdadeira, ou natural, como se queira. E se digo que nutro esperança não é, pois, porque ainda acredito que podemos salvar ‘a’ cidade, ‘a’ política ou ‘o’ público, mas porque ainda somos capazes de ver as contradições, os paradoxos nesses mesmos projetos de cidade.

Qual o impacto desse projeto na produção de subjetividades?

Ana: Assim como as ruas da Paris de Haussmann não foram apenas iluminadas, mas prometeram a luz aos homens dos oitocentos, as ruas do Rio de Janeiro do século XXI não estão sendo apenas revitalizadas: elas prenunciam a salvação. Não se trata, é certo, de cumprimento do compromisso do poder público em garantir direitos básicos à população, mas sim, note-se, de reinscrever esses novos traçados, slogans e holofotes como aquilo que há de mais visceral à existência, ao bem estar e à felicidade.

Cabe a nós, em nossas práticas e inserções, estarmos atentos ao que ficou pelo caminho, inacabado, e que clama por outros modos de continuar as histórias que estão sendo narradas. Pois, ao indagarmos sobre cidade e produção de subjetividade - e não sobre os indivíduos, ou sobre a influência que sofrem as subjetividades como “coisa” que parece já estar lá à espera de ser modificada pelo meio, pela sociedade - estamos apostando nessas histórias sobre as quais não se pode dizer ao certo aquilo que ainda está sob construção e o que se esfarela.

Como se dá a inserção do profissional de Psicologia nessa área?

Ana: Penso que um dos principais, senão o maior desafio do profissional, seja mesmo o de pensar o lugar e o sentido de nossas práticas em um território que pode ser tão híbrido, e no qual somos convocados dos mais diversos lugares a atuar. Talvez o desafio seja o indagar-se passo a passo. E vejo que é justamente isso que pode constituir uma preciosidade a se recolher: um campo profícuo de experimentação e composições que nos convidam a deslocar de nossos especialismos e levar ao limite nossos conceitos.

Como você avalia a atuação do CRP-RJ nas discussões pertinentes a essa área?

Ana: Vejo multiplicarem-se os foros de discussão promovendo importantes diálogos e interfaces dentro e fora do campo no qual a presença do CRP-RJ tem se fortalecido bastante. Acredito que isso há de consolidar um Conselho cada vez atento a práticas singulares e múltiplas da Psicologia.

Profissionais e estudantes se posicionam sobre a nova grade curricular dos cursos de graduação em Psicologia

NOVAS DIRETRIZES PROPÕEM UMA FORMAÇÃO PLURALISTA, GENERALISTA E MULTIDISCIPLINAR

O que tem de diferente na nova grade curricular da Psicologia e o que os profissionais e estudantes da área pensam a respeito? Foram perguntas como essas que estudantes de universidades públicas e particulares do Rio de Janeiro responderam nessa matéria, que tem objetivo de levantar o debate sobre esse tema que envolve o futuro da nossa profissão.

As novas diretrizes curriculares da Psicologia propõem uma formação científica e teórica de caráter pluralista, generalista e multidisciplinar. Além disso, ressaltam a necessidade de uma formação comprometida com a ética e que incorpore tais princípios não apenas em um única disciplina, mas de modo ampliado e transversalizado em todas as atividades e matérias da grade curricular.

O objetivo é que a nova grade possibilite à (ao) nova (o) profissional a habilidade de compreender os diferentes mecanismos de subjetivação contemporâneos, tornando-a (o) apta (o) a atender às complexas demandas da nossa sociedade e a pensar crítica e reflexivamente a prática psicológica.

Fátima Niemeyer da Rocha, doutora em Psicologia pela UFRJ e coordenadora do curso de Psicologia da Universidade Severino Sombra, em Vassouras, explica que as novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Psicologia trazem a diferença de propor com a licenciatura uma nova possibilidade de formação para as (os) psicólogas (os), especificamente, como professoras (es) de Psicologia.

Segundo a coordenadora, “essa proposta já havia sido sinalizada nas diretrizes de 2004 e designa agora, de maneira mais clara e precisa, alguns eixos estruturantes que deverão ser adotados pelos cursos exclusivamente voltados para a área da Educação, como por exemplo, as políticas públicas de Educação”.

Ainda de acordo com Fátima, a reação das coordenações de graduação, dos profissionais e dos estudantes a essa nova grade foi positiva. “A reação foi boa, principalmente porque já vinha sendo observada a necessidade de qualificar profissionais de Psicologia para desempenhar esse papel na área da Educação, que vinha sendo exercido em nossas escolas quase que exclusivamente pelos pedagogos. Além disso, tem havido uma grande mobilização de entidades, como a ABEP [Associação Brasileira de Ensino de Psicologia], que tem promovido eventos e fóruns de discussão em torno de temas relativos à implantação dessa nova proposta”, explica.

A estudante do 9º período de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio)

graduação. E isto faz com que tenhamos mais contato com a prática da profissão desde cedo”, afirma.

Jessé Nunes, estudante do 10º período da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), concorda com Priscilla sobre a obrigatoriedade do estágio. “Quando eu entrei na universidade, ainda era a grade antiga e depois passei para a grade nova. Pelo que eu percebo, ainda está muito confusa essa transição, mas a possibilidade de o estudante fazer dois estágios é algo muito bom”, conclui.

Thainá Silva dos Santos, estudante do 7º período de Psicologia da UERJ, expõe que a grade disponibiliza três ênfases, mas o aluno só pode fazer duas. Isso porque, caso queira incorporar mais uma ênfase, ela somente pode ser feita em nível de conhecimento.

“O aluno já faz duas ênfases, dois estágios, e puxar aquela apenas por título de curiosidade, não sobra tempo. Já tem que fazer estágio interno e externo e pesquisa, não tem como fazer três ênfases. Nesse sentido, essa nova grade não contemplou o fato de o aluno ter que optar por alguma coisa. A formação deveria ser de uma forma geral e não ter que escolher onde você quer atuar. Mas, aqui no Rio, a nova grade contempla muito a necessidade da profissão”, finaliza a estudante.

Fátima conclui que, embora os cursos de Psicologia ainda estejam em processo de adaptação, a nova proposta curricular é vista como promissora e os



Priscilla Monteiro considera que essa nova grade trouxe benefícios, já que a luta pela mudança era de todos os envolvidos na profissão. “Gosto do novo currículo porque nos obriga a estagiar desde o 3º período de

benefícios se relacionam primordialmente à abertura de novas frentes de trabalho para a(o) psicóloga(o), inclusive pelo reconhecimento do seu papel no contexto da Educação.

Resolução que institui o manual de elaboração de documentos escritos pelo psicólogo completa 10 anos

NORMATIVA DEFINE AS REFERÊNCIAS TÉCNICAS E ÉTICAS NA ESCRITA DA(O) PSICÓLOGA (O)

Instituída pelo Conselho Federal de Psicologia em 14 de junho de 2003, a terceira e atual versão do Manual de Elaboração de Documentos Escritos por psicólogos (Resolução CFP nº 007/2003) completou 10 anos em 2013.

Fruto das discussões sobre os problemas derivados da escrita profissional que tomaram curso no I Fórum Nacional de Avaliação Psicológica, realizado em 2000, o manual criou as referências técnicas e éticas para subsidiar o profissional na produção qualificada de documentos escritos decorrentes de Avaliação Psicológica, tais como declarações, atestados psicológicos, relatórios, laudos e pareceres psicológicos.

A resolução estabelece por princípios norteadores as técnicas da linguagem escrita, assim como as diretrizes éticas que fundamentam as práticas psicológicas como um todo.

Apesar disso, o maior número das representações éticas que chegam ao CRP-RJ decorre de queixas e

demandas relacionadas à qualidade dos documentos escritos por psicólogos.



Assim, considerando o dever desse profissional em garantir a qualidade nos serviços prestados à população – utilizando conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissionais – a Comissão de Orientação e Ética (COE) do CRP-RJ vem, ao longo de uma década de gestão comprometida com a ética e os Direitos Humanos, desenvolvendo atividades e oficinas junto a instituições formadoras do estado do Rio de Janeiro com o objetivo de divulgar essa normativa entre profissionais e estudantes de Psicologia.

Segundo a conselheira do CRP-RJ e atual presidente da COE, Marcia Amendola (CRP 05/24729), “o alarmante aumento no número de denúncias contra os profissionais psicólogos em razão da elaboração de documentos aponta para uma dificuldade de o profissional transcender a dimensão técnica do ‘como-fazer’ para interrogar-se sobre o que fazer, com que finalidade, para quem dirige sua prática e quais as suas implicações nos documentos”.

“Isso porque”, defende a conselheira do CRP-RJ, “o lugar do psicólogo é fundamentalmente ético, visto que é seu dever posicionar-se criticamente frente às demandas, questionando, inclusive, suas ações e as próprias relações de poder que estabelece no lugar que ocupa”.

Como compromisso da COE, Marcia destaca que haverá continuidade e fortalecimento do trabalho da Comissão em sua vertente de orientação por meio dos dispositivos como as “Quart’éticas” e os Fóruns de Ética, já conhecidos pela categoria desde sua implementação em 2006 e 2008 respectivamente. Segundo ela, “a Comissão ampliará o número de palestras e oficinas itinerantes pelo estado como espaços de interlocução e reflexão sobre a elaboração de documentos psicológicos.”

Oficina Laudos e Pareceres leva orientação a psicólogos da Região Serrana

Atendendo a uma demanda dos profissionais dos municípios da Região Serrana, a Comissão Gestora da Subsede do CRP-RJ na região promoveu, com apoio da Comissão de Orientação e Ética (COE) do Conselho, entre maio e junho de 2013, as Oficinas Itinerantes Laudos e Pareceres.

Ao todo, foram quatro encontros – dois em Petrópolis (nos dias 14 de maio e 25 de junho), e um em Nova Friburgo (22 de maio) e Teresópolis (18 de junho) – conduzidos pela psicóloga e conselheira Ágnes Cristina da Silva Pala (CRP 05/32409).

O objetivo das oficinas é orientar os profissionais a respeito dos princípios éticos, técnicos e científicos que regem a prática da Psicologia no Brasil e fomentar a reflexão sobre a qualidade da escrita de documentos, tais como laudos e pareceres feitos por psicólogos.



Oficina Laudos e Pareceres reúne profissionais e estudantes em Nova Friburgo

Percepções sobre a reforma do Estado e o profissional de Psicologia

POR CÉLIA REGINA NASCIMENTO DE PAULA¹

Sob a justificativa de se gerir com eficiência e eficácia as instituições estatais, colocando-as a serviço da cidadania, teve início, na década de 1990, uma reforma gerencial do Estado brasileiro mediante alterações expressivas em nossa Constituição Federal e em outras leis que disciplinavam a organização da nossa Administração Pública.

Em termos gerais, as alterações legislativas fizeram com que atividades tipicamente estatais passassem a ser realizadas concomitantemente por entidades privadas (como organizações sociais e fundações), agências executivas e agências reguladoras – e entidades públicas com autonomia administrativa².

Introduziram-se mudanças no regime de trabalho dos servidores públicos, adotando-se uma política de recursos humanos calcada na ideia de composição de um núcleo estratégico no âmbito do Estado; definiram-se contratos de gestão e delimitaram-se os tipos de indicadores de desempenho como medida de controle dos serviços públicos disponibilizados ao cidadão.

Os idealizadores do Estado gerencial brasileiro em 1995, sob influência das medidas postas em prática nos países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – tais como Inglaterra e França – elaboraram o Plano Diretor de Reforma do Estado, documento a partir do qual foram feitas alterações no texto constitucional possibilitando a implementação das medidas administrativas que seus teóricos sugeriram. O conteúdo dessa legislação inspirava-se na administração das empresas privadas, por isso gerencial, e por pretender “dar ao administrador público profissional condições efetivas de gerenciar com eficiência as agências públicas”.

No cenário dessa reforma administrativa, os serviços de Saúde foram classificados como não exclusivos, ou seja, trata-se de um setor no qual tanto o Estado quanto entidades consideradas como públicas não-estatais atuam concomitantemente. Isso significou a adoção, nesse setor, dos mesmos mecanismos de controle de despesas públicas, aplicáveis em outras áreas da Administração Pública, a saber: privatização de serviços

e aplicação de regras de funcionamento típicas do mercado, como pagamento por produção, contratos com metas condicionadas ao desempenho, etc.

Assim, foram inseridas na prestação dos serviços públicos de Saúde atores privados como as organizações sociais, fundações privadas, organizações não-governamentais e entidades classificadas como filantrópicas, culminando hoje na quarteirização desses serviços por empresas multinacionais.

A reforma constitucional autorizou a contratação simplificada de mão de obra sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mesmo na Administração Pública direta, por vezes com intermediação de empresas prestadoras de serviços. A inserção dessas entidades privadas na prestação de serviços públicos tem contribuído para pôr em prática o fim da obrigatoriedade do Regime Jurídico Único (RJU) na contratação de profissionais, vez que possuem mais autonomia e liberdade na administração de seus recursos humanos.

"Através das normas estabelecidas pelo CFP, o CRP-RJ objetiva que o exercício profissional seja de qualidade, independente das condições sócio-econômicas dos que buscam os seus serviços".

O resultado de tais medidas, após mais de 20 anos, foi a constituição de uma dualidade de regime de contratação de servidores do Estado. Paralelamente, convivem dois quadros de funcionários, sendo um de carreira, com estabilidade, contratados pelo RJU, e outro, cada vez mais crescente, de servidores contratados de forma precária, por prazo determinado, sob garantias mínimas estabelecidas na CLT.

A discrepância na contratação desses trabalhadores, ambos financiados com recursos públicos, é externa pelo desnível salarial entre os servidores efetivos e aqueles sob contratação precária, o que, por óbvio, gera constrangimentos no ambiente de trabalho.

As condições dos locais em que os serviços são prestados, porém, coincidem nos dois casos, principalmente na área da Saúde, como diariamente noticiam os grandes veículos de comunicação: estruturas precárias, falta de pessoal, recursos mal aplicados, etc. Situações essas também encontradas por ocasião das fiscalizações realizadas pelo Conselho Regional de Psicologia 5ª Região (CRP-RJ), que tem por atribuição orientar, fiscalizar e disciplinar os profissionais que atuam em todo o estado do Rio de Janeiro. Um dado relevante é que tais entidades privadas utilizam equipamentos e instalações mantidas pelo orçamento público.

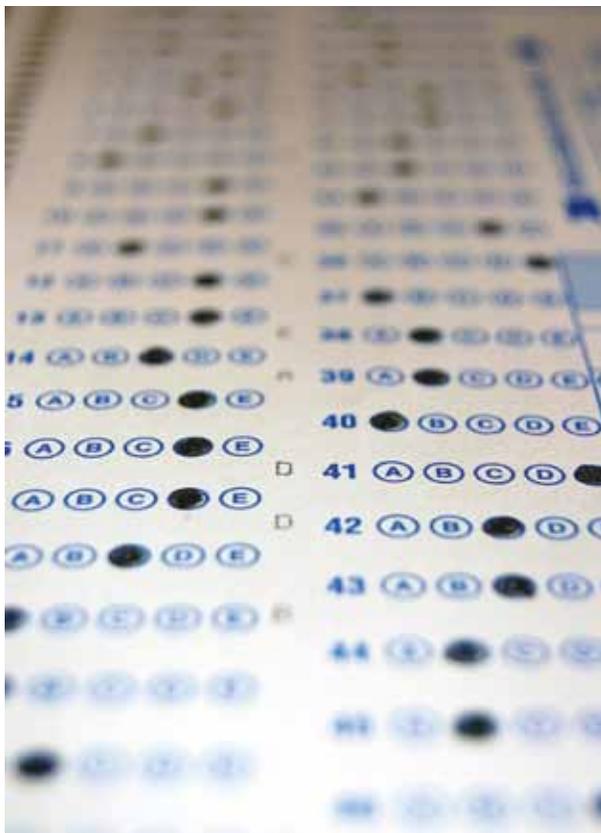
No contexto em que tais mudanças vêm ocorrendo, as atribuições de um Conselho Profissional são postas em questão pelos profissionais que a ele estão vinculados. O CRP-RJ é instado por seus inscritos a se manifestar perante outros órgãos fiscalizadores de recursos públicos no que diz respeito às condições de trabalho disponibilizadas por entidades públicas e privadas sustentadas por recursos públicos, assim como em razão da adoção de regimes de contratação precárias que, por vezes, resultaram na preterição daqueles profissionais de Psicologia concursados.

É fato que um Conselho Profissional não tem quaisquer das atribuições que são conferidas a um Sindicato de Classe. Este, por determinação legal, pode tomar medidas efetivas, consoante as demandas individuais ou coletivas, que lhes sejam remetidas pelos profissionais.

Todavia, nos limites de suas atribuições, o CRP-RJ faz encaminhamentos às autoridades competentes a respeito dos efeitos negativos produzidos a partir da reforma do Estado brasileiro e pelas políticas públicas então adotadas na administração dos serviços de Saúde, os quais afetam o exercício profissional da Psicologia.

Através das normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), o CRP-RJ objetiva que o exercício profissional seja de qualidade, independentemente das condições sócio-econômicas dos que buscam os seus serviços. Para tanto, tem em conta o espaço onde tais serviços são prestados e as regras éticas e técnicas a serem observadas pelo profissional.

¹ Célia Regina Nascimento de Paula é advogada, bacharel e licenciada em Ciências Sociais, mestre e doutora em Ciência Política e ex-assessora jurídica do CRP-RJ.



STOCK.XCHNG

Além disso, no estado do Rio de Janeiro, o CRP-RJ atua no sentido de assinalar ao gestor público os conhecimentos mínimos necessários que devem ser exigidos dos profissionais em concurso, como também aponta, consoante as políticas públicas executadas, o respeito aos princípios constitucionais da igualdade, legalidade, eficiência, eficácia e razoabilidade de forma a garantir uma prestação de serviços com continuidade e qualidade para aqueles cidadãos atendidos pelo Sistema Único de Saúde.

Imbuído desses objetivos, e diante da continuidade das políticas que visam à implementação do Estado gerencial nos últimos três anos, o CRP-RJ vem tomando medidas administrativas e judiciais ao constatar o desrespeito aos preceitos constitucionais e leis ordinárias que afetam o exercício da Psicologia.

Em 2011, este Conselho Regional, em audiência pública realizada na ALERJ, que contou com a presença de membros da Judicatura, Defensoria e Ministério Público, do Legislativo e da sociedade civil, explicou as questões técnicas e éticas que interferem na realização de exames solicitados por magistrados quando da execução da pena. Problemas esses também relacionados com a precariedade das condições de trabalho e o reduzido número de profissionais disponíveis no serviço público.

Observando suas atribuições legais, o CRP-RJ inter pôs dois mandados de segurança em face do Execu-

tivo municipal de Mesquita³. Este, inadvertidamente, descumpriu com o disposto no art. 77º da Constituição do estado do Rio de Janeiro ao não franquear a participação deste Conselho Profissional nas etapas de certame público que promoveu para contratação de pessoal na área de Psicologia. Tal fato, por certo, evitaria o segundo equívoco cometido pelo mesmo gestor de recursos públicos ao dispor regra naquele concurso que impediu a participação de profissionais de Psicologia do sexo masculino.

Assim, em razão de suas limitadas atribuições legais, o CRP-RJ encaminhou ofícios ao Ministério Público estadual para providências em face de prestadores de serviços de Psicologia privados – financiados com recursos públicos – que impuseram regras administrativas em detrimento daquelas que regulam a profissão.

Da mesma forma, por mais de uma vez, o CRP-RJ encaminhou ofícios ao Ministério Público noticiando situações de contratação precária de mão de obra que colocam em questão o acesso ao serviço de Psicologia com qualidade pelo cidadão diante da transitoriedade e descontinuidade na prestação de tais serviços, impedindo o estabelecimento de vínculo entre paciente e profissional, necessário, em grande parte dos casos, à terapia psicológica.

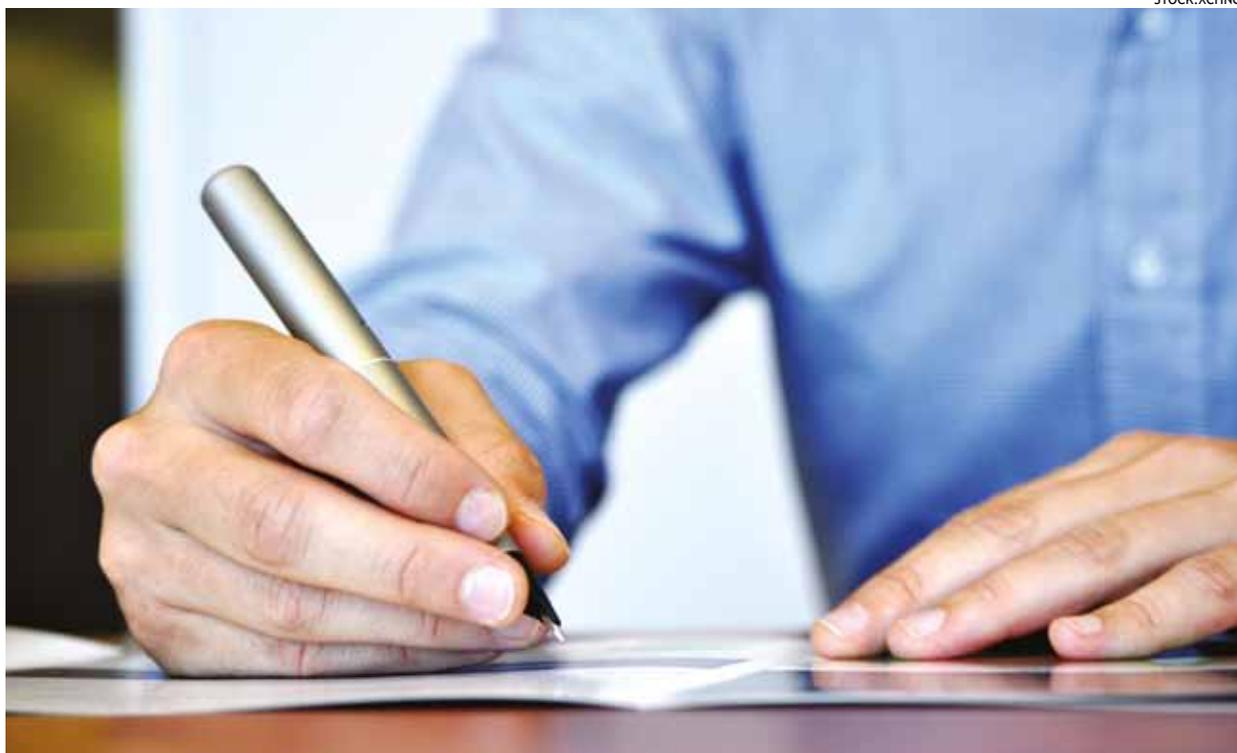
O Ministério Público estadual, por seu turno, tem utilizado os dados obtidos em ações de fiscalização realizadas por este Conselho, individualmente ou em conjunto com outras entidades, para apuração de violação de direitos e mal uso de verba pública.

Frise-se, contudo, o fato de que alguns membros do Ministério Público, tendo o mesmo objetivo formativo, solicitaram ao CRP-RJ outros levantamentos junto às instituições que prestam serviços na área da Saúde Mental, para além daquelas atribuições objetivamente estabelecidas na Lei 5.766/71, que criou os Conselhos de Psicologia.

Dessas ações, concluiu-se que o gestor público utiliza a argumentação reiterada de que os recursos são limitados – seja para dispor de melhores condições de trabalho seja para admissão de pessoal permanente – para não enfrentar a verdadeira questão de que a adoção das medidas de reforma para um Estado gerencial até agora não solucionaram: o mau uso das verbas públicas.

A argumentação da legalidade das contratações, da discricionariedade do gestor público em suas ações – no campo da saúde e, particularmente, no que se refere aos serviços de Psicologia – sugerem que aqueles que se encontram em sofrimento mental são vítimas da indiferença, da condenação, da violência e do abandono. Situação expressa, por exemplo, na recém adotada política pública municipal de recolhimento coercitivo de dependentes químicos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Tais fatos se juntam a outros que, por certo, resultaram na insatisfação quanto às medidas adotadas de reforma do Estado brasileiro, e que, provavelmente, se tornaram visíveis nos eventos recentes de manifestação nas ruas do Brasil em junho de 2013.

STOCK.XCHNG



² Em uma explicação bastante simplificada, as agências executivas promovem a seguridade social básica, arrecadam impostos, garantem a segurança pública, enquanto as reguladoras fiscalizam e regulamentam mercados. In: PEREIRA, Bresser Luiz Carlos. Reforma do Estado para Cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Ed. 34, 1998, p.225.

³ Mandados de Segurança Proc. nº 0001634-15.2012.4.02.5110 e Proc. nº 0001635-97.2012.4.02.5110



Qual o lugar da(o) psicóloga(o)?

A DIVERSIDADE DE PRÁTICAS NA PSICOLOGIA E OS NOVOS PAPÉIS DA (O) PSICÓLOGA (O) NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Com aproximadamente 32 mil profissionais inscritos e ativos no Conselho Regional de Psicologia, o estado do Rio de Janeiro corresponde à segunda maior população de psicólogos (os) do Brasil, atrás apenas de São Paulo. Segundo dados do Conselho Federal de Psicologia, o número total de profissionais em todo o território nacional já atinge a marca de 240 mil, fazendo do Brasil um dos países com maior número de psicólogos (os) no mundo.

Uma análise mais acurada dos últimos cinquenta anos da história da Psicologia brasileira nos permite dizer que esse considerável quantitativo de profissionais reflete, entre outros aspectos, as profundas mudanças que a nossa profissão vem sofrendo.

Isso porque, até o final da década de 1970, a Psicologia esteve voltada para a clínica tradicional, com atendimentos individuais, de elevado custo financeiro, realizados em espaços privados. Além da prática psicoterápica, havia dois outros espaços possíveis de atuação para a (o) profissional que ingressava no mundo do trabalho: a Psicologia Escolar e a Psicologia do Trabalho (chamada na época de Psicologia Industrial). Dessa forma, a Psicologia permaneceu restrita a uma pequena parcela da população brasileira.

Desde então, importantes transformações ocorreram na sociedade brasileira com o fim da ditadura civil-militar (1964-1985) e o processo de abertura política. Novas técnicas foram se desenvolvendo e, com isso, novas práticas foram se afirmando enquanto a demanda pelos serviços de Psicologia, para além da clínica, sofria um processo de expansão pautada na inserção qualificada dos seus profissionais em outros espaços, principalmente em nível institucional - público e privado.

Essa nova realidade, contudo, ao passo que amplia o leque de possibilidades de atuação desses profissionais, impõe à prática psicológica novos e instigantes desafios de ordem teórica, técnica e, principalmente, ética. Não raro, muitos profissionais de Psicologia se deparam no seu dever ético como agentes de saúde que devem afirmar o direito à vida, à singularidade e à diferença.

Como, então, superar os desafios e obstáculos que essa nova realidade inflige a cada profissional? Que atuação precisamos desenvolver para sobrepujar tais dilemas, resguardando uma prática ética implicada com a qualidade dos serviços prestados à população? Que tipo de Psicologia devemos e que tipo de Psicologia queremos afirmar? Que papel temos, como psicólogos (os), nessa complexa dinâmica social brasileira do século XXI?

Tais questionamentos estão certamente longe de serem facilmente respondidos, porém, se analisarmos

com cuidado o desenrolar de todo esse processo de mudanças, talvez seja possível compreender melhor esse novo contexto dentro dos princípios éticos que norteiam a nossa profissão.

Diva Lúcia Gautério Conde (CRP 05/1448), psicóloga, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – Núcleo Rio de Janeiro (ABEP), relata como esse processo renovador se deu na Psicologia brasileira.

“As mudanças que vêm acontecendo são absolutamente surpreendentes. Não havia, em toda a minha turma de formada, em 1974, a menor hipótese de anteciparmos o futuro com a ampliação das práticas psicológicas que aconteceram na sociedade brasileira”, afirma. “O processo de democratização atingiu profundamente o conjunto da sociedade, trazendo no seu bojo novas produções de conhecimento e, com isso, novos desafios para as áreas de conhecimento instituídas e minimamente consolidadas, como era o caso da Psicologia”, completa a professora da UFRJ.

O psicólogo e presidente do CRP-RJ, José Novaes (CRP 05/980), aponta a aproximação da prática da Psicologia com a realidade social, política, econômica e cultural do país como outra característica importante desse processo.

“Nossa disciplina vem incorporando e praticando, cada vez mais, uma visão que a insere na realidade

concreta da vida social, histórica, política, econômica e cultural. Isto se dá concomitante ao questionamento de uma Psicologia científicista, asséptica e alienante, que pregava neutralidades, objetividades e purezas para não se deixar ‘contaminar’ com as realidades duras e ‘suas’ de uma sociedade discriminadora, seletiva, preconceituosa e injusta. Não é por acaso que esse processo se intensifica no final do período ditatorial, quando irrompe um sopro renovador na vida social brasileira”, descreve Novaes.

Marinaldo Silva Santos (CRP 05/5057), presidente do Sindicato dos Psicólogos do Rio de Janeiro (SINDPSI-RJ) e psicólogo concursado da Prefeitura do Rio de Janeiro e de Mangaratiba, exemplifica como se deu essa aproximação mencionada por Novaes.

“A Psicologia se desenvolveu com uma visão elitista: atendia-se nos consultórios a quem pudesse pagar, era apenas uma relação dual, você e o paciente, sem os atravessamentos que também o constituíam. Na esfera pública, não havia oferta de serviços de Psicologia e, quando havia, era solicitado o ajustamento, a adaptação do indivíduo ao trabalho, à escola, etc. Havia, na formação do psicólogo, um entendimento de que ele era um profissional para controle social: ele iria prever como o indivíduo se comportaria”.

“Com o fim da ditadura militar”, acrescenta Marinaldo, “a sociedade brasileira começa um processo de democratização acompanhado pela Psicologia, que passa, então, a mudar o foco para o social. O serviço público começa timidamente a oferecer serviços de Psicologia. Era uma demanda completamente diferente da que era atendida nos consultórios”.

A inserção nas políticas públicas

Simultaneamente ao processo de redemocratização, o Estado brasileiro dá início à proposição e implantação de novas políticas, voltadas especialmente para o campo da Saúde. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990, é um dos desdobramentos dessa conjuntura.

De lá para cá, diversas outras políticas públicas vêm sendo – ainda que num ritmo aquém ao necessário – implantadas em todo o país, multiplicando as possibilidades de intervenção da Psicologia e pulverizando o ingresso das (os) psicólogas (os) em outros nichos de atuação. De acordo com estimativas do CFP, há, atualmente, pelo menos 90 mil profissionais de Psicologia atuando junto às políticas públicas no Brasil, fato que aponta um novo, e importante, direcionamento em nossa profissão.

“O trabalho da (o) psicóloga (o) nas políticas públicas revelou-se como uma das áreas mais promissoras, e não apenas por abrir um amplo e cada vez mais extenso campo de trabalho. Trata-se principalmente de uma das consequências da inversão da Psicologia e de suas atividades, que tinham um viés individualizante e privatista, para um tipo de trabalho de atendimento coletivo em que seus usuários são das camadas sociais mais pobres, marginalizadas, desfavorecidas e esquecidas pelos donos do poder. Assim, a Psicologia e seus profissionais assinam um compromisso com o social”, destaca Novaes.

Desse modo, a crescente inserção de psicólogas (os) nas políticas públicas mostra, na verdade, a nova face da Psicologia nesse começo do século XXI: uma

profissão implicada com o seu compromisso ético e social perante a população brasileira. Hoje, portanto, já não é mais possível dissociar a Psicologia de seu papel na defesa de direitos, especialmente junto àquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade psíquica, econômica e social.

Conforme pontua Diva, “as políticas públicas não são propostas para a Psicologia: elas são propostas para a sociedade. E nós, junto a outros tantos profissionais da Saúde e da Educação, devemos participar desse atendimento. Hoje, temos muitos postos de trabalho sendo abertos, felizmente, e isso resulta da proposição de outras políticas públicas para a sociedade brasileira. Ou seja, continuamos a ser psicólogos quando vamos trabalhar num consultório de rua, por exemplo”.

Como se pode ver, a ampliação das políticas públicas concretiza uma multiplicidade de práticas e espaços possíveis para a atuação da (o) psicóloga (o), que não se vê restrito apenas às paredes de um consultório ou aos muros de uma escola. “Hoje, atuamos em praticamente todos os campos de produção e de vida social e humana. Onde estão os seres humanos, de uma maneira ou de outra, acho que temos um posto de trabalho que pode ser apropriadamente ocupado pelo psicólogo”, pondera Diva.

Para o presidente do CRP-RJ, “a abertura de novos campos de atuação para a Psicologia se configura positivamente: indica que nossa disciplina e seus profissionais estão se legitimando, perante a sociedade e suas instituições, como indispensáveis na construção de uma vida mais saudável para todos”.

Ainda assim, embora a inserção da Psicologia nas políticas públicas venha ampliando as possibilidades de atuação de psicólogas (os) no mundo do trabalho, uma preocupação é cada vez mais partilhada por grande parte desses profissionais: a precarização das relações de trabalho. Isto é, profissionais terceirizados, muitos deles sem vínculos trabalhistas, atuando com baixa remuneração, muito comumente em locais inadequados para a prática psicológica.

“Temos fortes preocupações nessas precarizações das relações de trabalho”, intervém o presidente do SINDPSI-RJ. “O Estado brasileiro tem hoje como desculpa, para terceirizar o trabalho de ponta, a lei da responsabilidade fiscal. Assim, os municípios pagam a seus servidores remunerações aviltantes!”.

Conforme ressalta Marinaldo, ainda que a discussão sobre a participação da Psicologia nessas políticas não deva ser reduzida à questão da empregabilidade, “a terceirização dos serviços na ponta é um quadro que nos preocupa. Podemos pegar o município do Rio como exemplo, onde temos uma administração com ideologia do Estado Mínimo. Talvez tenhamos 95% dos psicólogos que atuam no SUAS [Sistema

STOCK.XCHNG





Único de Assistência Social] terceirizados. As Organizações Sociais não obedecem à carga horária do município, não pagam o piso salarial da categoria, além de registrar psicólogos como funcionários administrativos exercendo a função de psicólogos. Essa é uma tática para burlar a lei que estabelece que a atividade-fim tem de ser desenvolvida por servidores públicos concursados”.

Além da precarização das relações trabalhistas – que atinge não apenas a Psicologia como também outras áreas da Saúde – os profissionais que atuam nas políticas públicas enfrentam outras dificuldades.

À medida que novas políticas são desenvolvidas em âmbito estadual e municipal para atender às especificidades locais das populações de cidades distantes dos grandes centros urbanos, mais profissionais são estimulados a migrar para essas localidades. Obviamente, esse processo de regionalização (veja mais no box da página 15), que vem ganhando força na última década, é fundamental não apenas para a Psicologia – que amplia sua área geográfica de atuação – como também para a população desses municípios – que passa a ter acesso a um serviço assistencial mais completo.

“As prefeituras estão abrindo concursos públicos para psicólogos e isso é excelente, apesar de todas as dificuldades: salários inadequados, profissionais que

vão compor equipes novas. Agora, o desafio que a regionalização coloca ao profissional não é diferente de uma prática emergente, por exemplo. Se o psicólogo tiver uma boa formação, terá aprendido que, para toda a prática psicológica, será preciso buscar a supervisão de profissionais mais experientes naquele campo, que poderão acompanhá-lo até que ele tenha acumulado a experiência necessária para adquirir autonomia dentro daquela prática”, analisa Diva.

Formação profissional

Grande parte dessas dificuldades encontradas pelos profissionais está relacionada à formação em Psicologia. Muitas (os) psicólogas (os) alegam que a grade curricular dos cursos de Psicologia encontra-se defasada, voltada ainda para a prática clínica e carecendo de disciplinas que abordem mais profundamente a realidade da atuação nas políticas públicas, por exemplo.

Na avaliação de Diva, “o grande desafio que fica colocado aos programas de formação em Psicologia é preparar essa população de profissionais para intervir nessa diversidade de práticas”. Segundo ela, embora a Psicologia disponha de um arcabouço teórico diversificado, “as teorias psicológicas precisam o tempo todo ser indagadas e articuladas umas às outras para que possamos atuar de uma maneira mais adequada, responsável e coerente”.

Para Novaes, muitos desafios se apresentam à atuação da Psicologia atualmente, e, por isso, é preciso que teoria e prática caminhem juntas. “É claro que nossa formação é deficitária, mas isso é, de certo modo, inevitável em qualquer disciplina científica. Cabe ir diminuindo a distância entre a academia – e a formação profissional por ela oferecida – e os avanços na profissão por um contato e intercâmbio constante entre os conselhos e instituições profissionais e os centros de formação, sem a ilusão de que esta distância será um dia preenchida. Para isso, pensamos que a formação acadêmica se complementa na atuação profissional, e formação continuada significa isso também”.

O lugar da (o) psicóloga (o)

Em meio a esse cenário de mudanças intermitentes, a Psicologia e seus profissionais devem estar atentos, portanto, a esses desdobramentos de modo que a qualidade técnica e as implicações éticas das suas práticas estejam minimamente salvaguardadas.

Cada vez mais, práticas emergentes vão se afirmando, requerendo constantes pesquisas e estudos, e técnicas já consolidadas precisam ser, a todo o momento, interrogadas, problematizadas e aprimoradas sob a ótica da ciência e da ética. É o caso, por exemplo, da avaliação psicológica, que atravessa toda e qualquer prática da Psicologia e vem sendo perversamente demandada, pelos mais diversos setores da sociedade, como um poderoso instrumento de psicologização, judicialização e exclusão social.

Assim, o atual contexto – altamente complexo e marcado por constantes e voláteis inovações tecnológicas – convida as (os) psicólogas (os) a uma intervenção dinâmica, fundamentada numa permanente reflexão crítica a respeito das dimensões éticas da sua prática. Tal situação apresenta um importante desafio ao profissional, que deve buscar estratégias para interpretar e compreender as novas formas de produção de subjetividades que se vão tecendo dentro da dinâmica organização sócio-cultural brasileira da contemporaneidade.

“Um dos aspectos mais instigantes na atuação da (o) profissional da Psicologia atualmente é que ela (ele) não trabalha, em nenhum de seus campos de atuação, em um nicho isolado; cada vez mais essa atuação é interprofissional, e em muitos momentos é difícil, senão impossível, traçar de modo minimamente nítido as fronteiras de atuação de um profissional, distinguindo-as de outro”, acrescenta Novaes.

Marinaldo, por sua vez, destaca que “a prática da Psicologia precisa ser reinventada, questionada e transformada. O psicólogo é um profissional que não pode viver na especialidade: ele deve ter uma visão maior e não se deixar levar apenas na direção do especialista”.

Diva sublinha o papel da (o) psicóloga (o) atualmente como uma (um) profissional que atua dentro de um

conjunto social maior e que, portanto, detém responsabilidades específicas nesse cenário.

“Fazemos parte de um conjunto social e temos de ter muita clareza de que devemos desenvolver uma ideia de cidadania e de responsabilidade nesse processo. Não podemos participar desenvolvendo práticas privatizadas: ‘eu aplico os testes elaborados por outras pessoas e se o resultado é adequado ou não, está tudo bem, não fui eu que fiz’. Nós temos muito trabalho a fazer, devemos fazer e não podemos nos isentar de fazer, mas precisamos fazer de uma maneira muito cuidadosa, atenta e ética”, diz.

De que Psicologia, então, estamos falando?

Nos tempos atuais, a Psicologia precisa afirmar-se como ciência e profissão que defendem os direitos inerentes a todos os seres humanos: o direito à vida, à diferença e à singularidade. E é justamente por isso que a Psicologia tem estreita relação com os Direitos Humanos. Todo e qualquer profissional de Psicologia tem o dever ético de praticá-los, mais do que simplesmente defendê-los, independente de seu espaço de atuação.

“Nós, do CRP-RJ, continuamos a colocar como central em nossas práticas e atividades a defesa dos Direitos Humanos. Mais do que nunca, é necessário ressaltá-la e implementá-la nas pautas e atividades dos órgãos do Sistema Conselhos de Psicologia”, destaca o presidente do CRP-RJ.

Segundo a avaliação de Marinaldo, a ética e a defesa dos Direitos Humanos são práticas intrínsecas e indissociáveis à atuação da Psicologia atualmente. “A Psicologia vem se transformando, passando a construir uma prática comprometida com a Ética e os princípios dos Direitos Humanos”.

O papel do CRP-RJ

Muitos profissionais questionam que tipo de atuação os Conselhos de Psicologia podem desenvolver no apoio e orientação às (aos) psicólogas (os) frente a esse complexo e instigante cenário.



“O papel dos Conselhos está determinado em lei: orientar, disciplinar (regulamentar) e fiscalizar o exercício profissional da Psicologia”, explica Novaes. “Há mais de dez anos, o CRP 05 enfatiza, nestas três finalidades determinadas pela Lei 5766/71 – que criou os Conselhos Profissionais de Psicologia – o objetivo de orientação, procurando inclusive fazê-lo nas atividades da Comissão de Orientação e Ética”.

Na avaliação de Diva, o papel desempenhado pelos Conselhos de Psicologia é fundamental. “Eu aprendi ao longo de todos esses anos o significado social de ter uma profissão regulamentada. Acho da maior importância que a sociedade disponha desse organismo [o Sistema Conselhos] para registrar todas as dificuldades e problemas que ela venha a ter no seu relacionamento com o profissional psicólogo. E acho importante também que esses profissionais tenham

como suporte de suas práticas as normas e regras que são fixadas pelo Sistema Conselhos”.

O CRP-RJ, por sua vez, segue atento a todo esse contexto de profundas transformações para a Psicologia e seus profissionais, especialmente no que se refere

à orientação geral sobre as normativas técnicas e os princípios éticos que norteiam a profissão.

“As finalidades acima apontadas, inscritas em lei – e que, apesar da revisão já em curso da Lei 5.766/71, serão mantidas – não são limites para nossa atuação em uma série de situações em que as (os) profissionais de Psicologia precisam de escuta e acolhimento”, defende Novaes. “Ao contrário desta avaliação, essas finalidades abrem espaço e impulsionam nossas atividades, realizadas através de eventos, seminários, rodas de conversa e as Mostras de Práticas – que chegaram à sua 7ª edição em 2013. Em todas essas atividades, orientamos e acompanhamos as (os) psicólogas (os) para que suas práticas cumpram as normas técnicas e éticas da profissão. Deste modo, o reconhecimento e a credibilidade da Psicologia na sociedade se ampliam, incidindo favoravelmente nas situações de trabalho e emprego”.

O CRP-RJ e o projeto da regionalização

Apesar do contingente de mais de 240 mil psicólogas (os) atuando em todo o território nacional, a Psicologia brasileira apresenta uma grande desigualdade na distribuição desses profissionais, que se encontram concentrados nas grandes capitais do país.

Esse quadro de desigualdade, embora persista ainda hoje, começou a ser progressivamente revertido com o processo de ampliação das políticas públicas, quando parte desses profissionais passou a se deslocar para atuar nas regiões onde essas políticas vinham sendo implementadas.

Esse movimento de migração das (os) psicólogas (o) para os municípios mais distantes dos grandes centros urbanos é conhecido como regionalização. No estado do Rio, é expressivo o quantitativo de profissionais atuando em municípios localizados além dos limites da Região Metropolitana. A Região Serrana, o Sul e o Norte – Noroeste Fluminense, por exemplo, têm atraído, nos últimos anos, cada vez mais profissionais de Psicologia.

No CRP-RJ, o projeto da regionalização vem sendo debatido junto à categoria desde o XI Plenário (2004-2007). Para o Conselho, a descentralização das discussões é uma importante estratégia de ampliar o diálogo com as (os) psicólogas (os) e fomentar a mobilização de políticas desses profissionais em suas regiões (veja mais na página 20).

A Subsede do Norte e Noroeste Fluminense foi criada durante a gestão do XII Plenário (2007-2010) e, agora, o CRP-RJ vem articulando essa mobilização no Sul Fluminense.

“Nessa vertente de aproximação com as(os) psicólogas(os), escutando-os e acolhendo suas demandas, o CRP-05 movimentou-se na direção do litoral Sul-Fluminense, com ponto central em Angra dos Reis, onde está a maior concentração de profissionais da região. Realizamos também estudos e ações preliminares para a criação de uma nova subsede no Sul Fluminense. Além disso, diversificamos nossas atividades no Norte – Noroeste Fluminense, criando um ponto focal de atuação que abrange os municípios de Macaé, Quissamã e Rio das Ostras”, aponta o presidente do CRP-RJ, José Novaes.

Os gritos das ruas

POR RUDÁ RICCI*

As manifestações de junho de 2013 foram uma catarse popular. Ao mesmo tempo, depuração, autoconhecimento e um grito de insatisfação. Uma explosão emocional que não se propunha a racionalizar o sentimento, mas simplesmente expor publicamente a sensação de insatisfação.

Cornelius Castoriadis, tempos atrás, sugeriu que a autonomia (individual e coletiva) é construída a partir de um olhar para si mesmo na direção da emancipação e construção do sujeito. O que, na prática, segundo o autor, resultaria na autogestão socialista em contraposição aos sistemas hierárquicos e burocratizados que freiam a iniciativa política dos sujeitos, fundada no divórcio entre dirigentes políticos e a base social. Este autor saltou da minha memória quando procurava compreender as manifestações de junho, sua nítida expressão do desejo individual e grupal que surpreendeu e gerou temor à quase totalidade dos governantes e organizações sociais e políticas que fincaram pé na lógica do século XX. O discurso dos manifestantes foi tão surpreendente que, ao pedir explicações sobre os motivos das marchas e até mesmo os atos de depredação, não raro despontava a resposta inusitada: “apenas uma performance política”.

Vários analistas logo denunciaram o “pensamento mágico” e falta de rumo das manifestações juninas. A autora mais impressionada foi a filósofa Marilena Chauí. Numa entrevista que concedeu à revista CULT (“Pela responsabilidade intelectual e política”, CULT, n. 182, Ano 16, agosto de 2013), afirma que logo se deu conta que as manifestações flertavam com os riscos de 1964 e 1969 ou até mesmo com a ascensão do fascismo e nazismo. Também sugeria infantilismo juvenil oriundo da prática das redes sociais em que se aperta um botão e o desejo ocorre, um “ato mágico”, sem mediação. Os jovens de junho transportariam, assim, o ato mágico para as ruas: sem mediações de partidos ou processos de negociação, exigiam que seus desejos se realizassem imediatamente. Marilena expressou o inconformismo dos que ajudaram a construir a institucionalidade política hoje vigente e que se apoiaram na lógica política do século XX, definida por estruturas centralizadas, por demandas difusas que são arranjadas por estas estruturas de represen-

tação, pela racionalidade da negociação política que observa uma ordem e um timing institucionalizado e aceito socialmente. O inconformismo do pensamento (mesmo o libertário ou de esquerda) dos que ainda abraçam a lógica do século XX com as manifestações de junho é em relação à sua provisoriedade e ausência de ordenamento ou hierarquia. O temor se alimenta do hiperindividualismo (não o respeito ao coletivo institucionalizado), da adesão individual a uma causa ou ação (não a orientação a partir do campo institucional ou da organização), do dinamismo fundado na emoção (não da previsão e orientação para um fim), na ausência de representação. Sinteticamente, o diálogo entre estes dois mundos pode ser assim traduzido:



ORGANIZAÇÃO SOCIAL BUROCRÁTICA

Predomínio da ação coletiva unificada em “ordem unida”, baseada na disciplina, autocontrole, senso de grupo e autoestima.

Ativistas seguem orientação da organização.

Ações coletivas objetivam atingir uma meta ou efetivar um programa definido em eventos deliberativos específicos ou pela direção da organização.

Coletivo é representado por dirigentes e porta-vozes previamente conhecidos

ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM REDE

Predomínio da adesão pessoal e preservação da individualidade dos componentes.

Ativistas aderem à organização ou mobilização por convicção pessoal e por identidade afetiva momentânea.

Ações coletivas se vinculam a um sentimento comum de indignação, injustiça e revolta.

Coletivo pode ser representado por porta-vozes rotativos, escolhidos coletivamente num momento específico, com curto tempo de mandato.

Trata-se de um conflito geracional, de perspectiva de construção de consensos absolutamente distintas.

Dito isto, o que, de fato, as manifestações de junho tinham em comum?

A primeira característica comum foi a organização em rede o que, também, estimulou o ideário da polifonia. Forjaram uma comunidade fortemente afetiva. A convocação se deu de maneira horizonta-

lizada, sedimentada pela confiança entre aquele que convidava e o que recebia o convite. A fidelidade à organização e voz de comando foi substituída pela relação minimalista de confiança. Uma rede gigantesca que se formou a partir destas relações individuais, grupais, íntimas. Daí que os cartazes que foram se revelando a cada manifestação indicavam que cada um ou pequeno grupo constituía uma manifestação em si. Gays e ecologistas, defensores da demarcação

* Rudá Ricci é sociólogo, doutor em Ciências Sociais e diretor geral do Instituto Cultiva. É também autor de "Lulismo" (Fundação Astrojildo Pereira/Editora Contraponto) e "Nas Ruas", sobre as manifestações de junho de 2013 (Editora Letramento) e que foi lançado em abril de 2014.

das terras indígenas e da causa Guarani Kaiowá, pela tarifa zero, pelo padrão Fifa de saúde pública, contra o mal uso do dinheiro público, contra os governantes de todas as cores e agremiações, tudo cabia, tudo tinha cabimento. A rua se configurou na escola política em movimento, dinâmica, sem dono.

Parte desta dinâmica contribuiu para uma segunda característica inusitada: a utopia no presente. Uma utopia provisória, de demonstração de força imediata, niilista porque negava toda a forma de organização e estrutura de poder, principalmente aquelas que marcaram o século XX, hierárquicas, centralizadas, que criaram a unidade pelo comando da liderança. A comunicação e a organização em rede são, ao contrário, lacunares. Não se fecham, são irremediavelmente abertas e fluidas, dinâmicas e que se refazem na sua própria comunicação difusa e incompleta.

Um terceiro elemento comum foi o confronto com a Ordem. As manifestações de junho estiveram muito próximas do ideário de esquerda, pelas demandas que sugeriam a igualdade no atendimento dos serviços públicos e na direção do controle social sobre estes mesmo serviços, assim como uma dura crítica às elites, em especial, políticas. Utilizaram as ruas como meio de expressão e protesto; negaram as tradições e a Ordem; sustentaram embates com os emblemas da ordem econômica (atacando bancos e concessionárias de veículos de luxo) e da segurança pública; criaram mecanismos de identidade social paralelas ao instituído; se pautaram pela autogestão.

Outra característica comum foi o enxameamento. Conceito criado por David Ugarte (*swarming*) traduziria um fenômeno típico das redes, apoiadas na interação e conectividade. Como todo enxame, não se sabe ao certo como surgiu e por qual motivo se dispersou, mas o fenômeno é reconhecido e é esperado que se repita em algum momento futuro. Relaciona-se, ainda, com a noção de comunidade provisória, fortemente articulada com a identidade afetiva e com a convocação horizontalizada.

A quinta característica foi a carnavalização política. Boaventura Santos foi quem sugeriu o conceito, para

quem nossa lógica social seria uma eterna tentativa de transgressão sem, contudo, romper com a ordem. O discurso e atos violentos que marcaram o final de muitas manifestações gigantescas sugeriam a ruptura com a ordem, mas não efetivavam. Como se faz, todos os anos, em nosso país, em data marcada previamente, que alimenta nossa ironia e cinismo. O Carnaval, afinal, é sempre emoldurado por gargalhadas ou sorrisos maliciosos, que falam sem dizer. Trata-se, possivelmente, de uma expressão da utopia popular, apartada dos rituais formais e institucionalizados. Uma festa carnalizada é uma transgressão autorizada, que rebaixa as autoridades, banaliza o poder instituído, cria novas identidades. Cartazes, máscaras, danças, estandartes, camisetas, adesivos, faixas, agrupamentos uniformizados, havia de tudo um pouco. Eram muitas manifestações em uma única Ágora.

Um penúltimo traço comum foi a violência como elemento constitutivo das manifestações de rua. Desde o começo, a violência e o conflito estiveram presentes. Em determinado momento, o clima carnalizado impeliu a maioria dos manifestantes a compreender o quebra-quebra e conflito direto com a PM como exceção e, em alguns casos, como atos de vandalismo isolado. Mas logo se percebeu que era um traço dessas novas formas de ocupação de rua. A violência foi se constituindo como um quinto elemento das manifestações de junho, ainda mais nítida nos meses que sucederam o fim da Copa das Confederações. As manifestações de junho foram inovação e negação, mas também desilusão e ausência de projeto futuro. A simples presença era demonstração de força e crítica. Sem futuro, nem passado. Sem bandeiras tremulando. Apenas apontavam a utopia daquele momento.

Finalmente, a autonomia e horizontalidade como obsessão. Autonomia significou, para grande parte das lideranças (palavra abominada por eles) das manifestações de junho, independência ou, ainda, ausência de vanguarda. Parece um traço geracional, tal a preocupação de todos em ressaltar que não há intenção alguma de uma ou outra força liderar qualquer ato ou falar em nome de alguém. A relação horizontal – ou *bottom-up*, onde subsistemas

contribuem para a formação da síntese ou sistema global – emerge como elemento constitutivo do que seria o esboço da democracia deliberativa. Mais radical que o conceito de democracia participativa, a democracia deliberativa não se resumiria à eleição ou imposição da intenção de uma maioria numericamente verificável, mas sugeriria a formação de opinião pública, tendendo ao consenso e onde as fronteiras entre sociedade civil e poder público não seriam fixas. A representação e a liderança, enfim, foram amplamente rejeitadas nas manifestações de junho. Até mesmo por articulações e organizações que, na prática, lideraram protestos de rua. Trata-se de um elemento moral, que legitimou e catalisou o ingresso de inúmeros indivíduos frustrados, ressentidos ou até mesmo distantes e desavisados em relação às práticas políticas institucionalizadas.

A intensidade de junho foi se diluindo. Mas algo permanece como alerta, como promessa e como certeza. Reuniões entre jovens se multiplicaram a partir de julho e permanecem. Recentemente, as organizações sociais do século XX (como MST e MAB) se encontraram com as novas organizações de jovens brasileiros do século XXI (Movimento pelo Passe Livre e Comitês Populares da Copa). Entre diferenças e estranhamentos, um pacto pela retomada das manifestações em 2014 selou a promessa que já estava no horizonte dos governantes incomodados.

A questão posta é como canalizar a pulsão que inundou ruas no inverno do ano de 2013.

A pulsão nas ruas revelou aos jovens brasileiros o seu poder. A lógica racional das instituições de representação política não dialoga com pensamentos múltiplos e embebidos em sentimentos. As instituições políticas do século passado se forjaram em agendas ordenadas que sequenciam cada ação encadeada numa meta a ser conquistadas. Então, como dar vazão aos sentimentos rebeldes que tomam justamente os espaços públicos pouco coordenados pelo campo institucional? Como superar o grito que toma esquinas e telas de televisão, ou vídeos compartilhados pelos smartphones e atos “performáticos” de conflitos com policiais e ataques a bancos e concessionárias? Como transformar pulsão em reconstrução da vida social, de um mundo que mudou, mas que se apoia em estruturas de representação que nasceram em outro mundo?

Desconfio que grande parte dos jovens que estiveram em junho nas ruas saibam que tais questões existam, mas displicentemente não se percebem responsáveis pelas respostas que devem ser formuladas.

É justamente neste espaço que profissionais engajados na maturação de nossa democracia em construção podem intervir. Sussurros que nos chegam aos ouvidos repercutindo os gritos de junho.

A versão completa desse artigo está disponível em nosso site: www.crprj.org.br.



CECIDO POR MÍDIA NINJA

Nota oficial do CRP-RJ sobre o projeto de lei que reformula as políticas de drogas no Brasil

No dia 22 de maio de 2013, a Câmara dos Deputados aprovou em primeira instância o Projeto de Lei 7663/2010 (atual PLC nº 37/2013), de autoria do deputado Osmar Terra (PMDB-RS), que pretende reformular o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas. O projeto prevê o aumento da pena para usuários e traficantes – o que é considerado um retrocesso diante das diretrizes internacionais da Organização Mundial da Saúde –, além de promover a entrada das comunidades terapêuticas na rede de atendimento às pessoas que fazem uso danoso* de álcool e outras drogas, contrariando até mesmo a equipe técnica do Ministério da Saúde.

A aprovação desse projeto mostra como o debate sobre o uso de drogas na sociedade é atravessado, e reduzido, pela classificação das drogas entre lícitas e ilícitas. Isso porque a proibição de determinadas substâncias nunca esteve exclusivamente relacionada aos efeitos que seu uso pode acarretar nos indivíduos,

mas, ao contrário, aos interesses econômicos e políticos vigentes.

Ao dar destaque à ilegalidade da produção, comercialização ou consumo das substâncias tornadas ilícitas, a proibição desvia o foco dos volumosos lucros acumulados nas últimas décadas pelas indústrias de bebidas alcoólicas, do tabaco e também a farmacêutica. Com isso, pelo simples fato de estarem dentro da legalidade, não são questionados os danos causados ao organismo, por exemplo, por medicamentos como antidepressivos, ansiolíticos e estimulantes cerebrais.

Desse modo, quando essas substâncias são tornadas ilícitas, tira-se o foco do debate da saúde pública, levando-o para o viés da segurança pública. É nessa conjuntura em que vemos reforçados os já existentes processos de criminalização da pobreza, legitimando políticas de limpeza urbana através de

recolhimentos compulsórios feitos de maneira violenta e massiva. Não à toa essas ações ocorrem com a presença de agentes de segurança e de funcionários da COMLURB.

O CRP-RJ é a favor de que o uso de drogas seja tratado pelo Estado como questão de saúde pública, de forma atrelada à assistência social, educação, cultura e empregabilidade, por exemplo.

O referencial da saúde permite apontar não somente os efeitos do uso das dessas substâncias como também o efeito das leis e políticas guiadas pela proibição e repressão ao uso de drogas, tais como a falta de controle e regulamentação da produção das drogas ilícitas, o que acaba permitindo a circulação de substâncias com alto teor de impurezas capazes de causar danos maiores à saúde dos usuários, como o caso do crack, que não possui um princípio ativo em si, mas é um derivado do refinamento da cocaína misturado com outras substâncias, o que só é possível devido à ausência de controle na produção.

Como se pode ver, esse debate possui uma complexidade maior, ultrapassando um simples posicionamento contra ou a favor da legalização ou descriminalização baseado num julgamento moral. Isso porque essa decisão não diz respeito somente àqueles que fazem uso de drogas, mas também à forma como a sociedade lida com questões correlatas, tais como Direitos Humanos, liberdades individuais, desigualdade social, violência e, por que não, o direito ao prazer.

O CRP-RJ é, portanto, contra a aprovação do PL 7663/2010, a criminalização do usuário de drogas e a inserção das comunidades terapêuticas na rede de atenção a esses usuários. Somos a favor da manutenção dos preceitos da Lei 10.216/2001, que pauta a liberdade, a integralidade, a transdisciplinaridade e a coletivização através da superação do modelo manicomial e do fortalecimento dos serviços substitutivos que promovam a inserção social do usuário.

As comunidades terapêuticas não representam o modelo de saúde que acreditamos ser mais adequado, inclusive por não pretenderem ter este caráter. Além de não atenderem à diretriz da redução de danos e não apresentarem projeto terapêutico, essas instituições privadas, baseadas em modelo manicomial e em princípios religiosos e morais, utilizam recursos públicos que deveriam ser aplicados nas políticas de saúde.



* Uso danoso de drogas é aquele em que o usuário passa a provocar danos em sua própria vida ou de outrem.

COREP e CNP: dispositivos de construção coletiva da Psicologia

Dispositivo fundamental no processo de democratização do Sistema Conselhos, o Congresso Nacional de Psicologia (CNP) é a instância em que são definidas as diretrizes políticas que devem ser seguidas nos três anos subsequentes pelos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia.

Esse processo acontece de três em três anos e depende da ampla participação das (os) profissionais de todo o país.

O CNP possui diversas etapas de participação da categoria. Esse processo começa com os eventos preparatórios, em que são desenvolvidas, pelos CRPs, atividades temáticas que servirão como base para os profissionais construírem as propostas regionais e nacionais.

Em seguida, os profissionais mobilizam-se para participar dos Pré-Congressos, onde as propostas construídas nos eventos preparatórios são apreciadas e votadas. Nesses eventos, acontece ainda a eleição de delegados para compor o Congresso Regional de Psicologia (COREP).

No estado do Rio, foram promovidos ao todo 14 Pré-Congressos: quatro deles na cidade do Rio e um em Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Angra, Barra Mansa, Vassouras, Cabo Frio, Macaé, Campos e Itaperuna, contemplando, assim, todas as regiões do estado.

O COREP é a instância na qual as propostas aprovadas nos Pré-Congressos são debatidas e votadas e onde também são eleitos os delegados para o CNP.

As propostas de abrangência regional aprovadas são compiladas e devem ser utilizadas pelo CRP como norteadoras de suas ações políticas. As propostas nacionais são enviadas para o CNP, onde são apreciadas e votadas pelos delegados eleitos em todo o país. As aprovadas servem como referência para a atuação de todo o Sistema Conselhos.

Entenda como se deu esse processo no Rio de Janeiro no gráfico ao lado.

Para ter acesso às deliberações regionais e nacionais e para rever a cobertura completa dos Pré-Congressos, do COREP e do CNP, acesse www.crprj.org.br.

EVENTOS PREPARATÓRIOS

O CRP-RJ promoveu diversas atividades, entre junho de 2012 e fevereiro de 2013, para mobilizar a categoria em todo o estado.

PRÉ-CONGRESSOS

O CRP-RJ organizou 14 eventos. O primeiro ocorreu em 22 de fevereiro, no Centro do Rio, e o último em Vassouras, no dia 20 de março.

COREP

O COREP aconteceu entre 19 e 21 de abril no Rio de Janeiro com a presença de 80 delegados, nove deles eleitos para o CNP, que ocorreu entre 30 de maio e 2 de junho, em Brasília.

Informe do Sindicato dos Psicólogos (SINDPSI/RJ)

Um sindicato tem a função de assessorar os trabalhadores quanto às questões trabalhistas e defender as demandas das categorias profissionais, garantindo os direitos do trabalhador. O SINDPSI-RJ não foge a esses princípios: ele defende o trabalhador psicólogo. O Sindicato, contudo, precisa ser provocado para conhecer as demandas dos psicólogos.

Contribuição Sindical

A Contribuição Sindical é regulamentada pelo Art. 592 da CLT, sendo obrigatório o seu pagamento por todos que participam de uma categoria econômica ou profissional ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão.

Ainda segundo o Art. 592, a cobrança da Contribuição Sindical é de responsabilidade do sindicato e pode ser realizada através de desconto direto no contracheque ou por meio de boleto bancário emitido pelo Sindicato para Profissional Liberal, como é nosso caso, visto que o psicólogo é considerado Profissional Liberal.

O valor do imposto é decidido em Assembleia Geral pela categoria. Ele é geralmente inferior ao desconto de um dia de trabalho, sendo, portanto, vantajoso ao psicólogo o pagamento através de boleto bancário. Assim, basta apresentar o comprovante de pagamento ao RH de onde você trabalha e ficará isento do desconto em folha, além de estar contribuindo para o fortalecimento de sua categoria.

Pague seu imposto sindical ao Sindicato de sua categoria – Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro!

Contribuição Confederativa

O Art. 8 da Constituição Federal estabelece a criação da Contribuição Confederativa, porém, torna facultativo o seu pagamento. Lembramos que essa contribuição garante o custeio do sindicato, da federação e da confederação que compõem o Sistema Confederativo da Representação Sindical.

Através dessa contribuição, temos conseguido levar adiante várias lutas dos psicólogos, inclusive prestando assessoria jurídica a diversos profissionais.

Podemos citar algumas lutas travadas pelo SINDPSI-RJ: participação em vários assentos no Controle Social das Políticas Públicas no estado do Rio; eventos organizados contra o Ato Médico; participação na luta da jornada máxima de 30h; processos jurídicos garantindo direitos aos psicólogos, tais como a garantia do duplo vínculo aos psicólogos dos hospitais federais no Rio; garantia dos direitos adquiridos aos psicólogos do Trânsito sem necessidade de terem de fazer pós-graduação.

Nesse momento, o SINDPSI-RJ trava diversas lutas, como a criação do cargo de psicólogo na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Ajude o SINDPSI-RJ a continuar sua luta em defesa dos direitos dos psicólogos do estado do Rio! Pague a sua Contribuição Confederativa.

Contato: sindpsi-rj@sindpsi-rj.org.br / (21) 2224-1762 ou 2224-1746.

Comissão Intergestora de Regionalização e Descentralização (CIRD)

A Comissão Intergestora de Regionalização e Descentralização (CIRD), criada no XIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia 5ª Região (Gestão 2010 a 2013), é resultado do cumprimento das propostas do VII Congresso Nacional de Psicologia (VII CNP de 2010) de descentralização e regionalização do Sistema Conselhos e do compromisso ético-político da Gestão Ética e Compromisso Social de aproximação dos psicólogos, aprimoramento administrativo, bom uso dos recursos e democratização da gestão.

A Comissão é responsável por ampliar e fortalecer as referências do CRP-RJ nas regiões através das subsedes (Comissões Gestoras) e outras formas de representação regional (Pontos Focais e representação no Controle Social).

O grande desafio da CIRD é a criação e a manutenção da mobilização permanente dos psicólogos de cada região para a discussão de temáticas afetas à categoria e à sociedade através de ações ampliadas de orientação e fiscalização profissional e da promoção de eventos e de encontros periódicos. Assim, serão adotadas estra-

tégias como: ações de comunicação com a categoria e sociedade e promoção das políticas públicas e dos Direitos Humanos através da articulação de redes e da representação nos diversos espaços sociais.

Em cumprimento à proposta do VIII CNP (2013) de ampliar a descentralização e regionalização das ações políticas do Sistema Conselhos, a CIRD dará continuidade às suas ações no XIV Plenário (2013-2016).

A partir de agora, o desafio será consolidar referências regionais através de Grupos de Trabalho e Pontos Focais (pessoa física e pessoa jurídica) nas regiões do estado do Rio que não possuem subsedes (Médio Paraíba, Sul Fluminense, Baía de Ilha Grande e Região dos Lagos) e reativar as atividades de mobilização da categoria da região que abrange a Subsede do Leste Fluminense, localizada em Niterói.

Fique atento ao site do CRP-RJ para divulgação de reuniões em sua região. Não deixe também de se cadastrar no informe@crprj.org.br para receber informes de eventos do CRP-RJ em sua região!



ARQUIVO CRP-RJ

Cine Psi sobre Psicologia e Relações Raciais

Concluimos nossas atividades de 2013 com o 38º Cine Psi Baixada e a 12ª Rodas e Encontros, eventos que vêm contribuindo para a prática da Psicologia em nossa região, permeada por desafios instigantes.

Dentre os temas debatidos no Cine Psi, podemos destacar: “Relações Raciais”, “Medicalização da Vida”, “Direitos das Mulheres”, “Luta Antimanicomial”, “Diversidade Sexual”, “Alienação Parental”, “Direitos da Pessoa Idosa” e “Atuação do Psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”.

Já em nossas Rodas e Encontros, destacamos as temáticas “Psicologia e SUAS” e “Violência, Abuso e

Destaques de 2013 na Subsede do CRP-RJ na Baixada

Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes”, todas elas consideradas significativas para a atuação do psicólogo na região pela vulnerabilidade e risco social.

Além disso, tais reflexões acerca da prática profissional têm nos remetido às condições de trabalho da categoria. Essas demandas têm sido encaminhadas ao Sindicato dos Psicólogos, representado por Marinaldo Silva Santos (CRP 05/5057). Com isso, realizamos uma assembleia na região para deliberar nossa luta por condições dignas de trabalho para os psicólogos através de concursos públicos, pois a maioria dos vínculos empregatícios são precários e temporários.

Dessa forma temos procurado cumprir as deliberações de nosso VIII Congresso Nacional de Psicologia, realizado em Brasília, em maio e junho de 2013.

Nossa subsede foi movimentada ainda pelo lançamento de dois importantes livros: “Revisitando o Plantão Psicológico Centrado na Pessoa”, or-

ganizado pelos psicólogos Márcia Alves Tassinari (CRP 05/1718), Wagner Durange (CRP 05/43819) e Ana Paula da Silveira Cordeiro (CRP 05/44910), e “Síndrome da Alienação Parental: um novo tema nos juízos de família”, de autoria da conselheira do CRP-RJ Analícia Martins de Souza (CRP 05/31168).

Por fim, agradecemos todos os palestrantes de nossos eventos, todos os inúmeros profissionais e estudantes e também os funcionários do CRP-RJ pela valiosa contribuição. Que 2014 seja repleto de saúde e alegrias!

Comissão Gestora: Vanda Vasconcelos Moreira (CRP 05/6065); Viviane Siqueira Martins (CRP 05/32170); Denise dos Santos Malheiro de Souza (CRP 05/18051); Monica Valéria Affonso Sampaio (CRP 05/44523); Jacqueline dos Santos Soares (CRP/05-41408); **Estudantes colaboradores:** Rogéria Thompson (UNIABEU); Edith Vieira C. Andrade (Estácio de Sá); Flávia Silva Senna (UNIABEU).

Contato: E-mail: subsedeni@crprj.org.br/ Tel: (21) 2768-0007/ Facebook: Subsede Baixada CRP-RJ

Informes da Subsede do Norte e Noroeste Fluminense

A Subsede do Norte e Noroeste Fluminense vem realizando ações importantes no sentido de viabilizar o diálogo entre a categoria e a sociedade, abordando temas afetos à prática do psicólogo na região. Uma das formas de aproximação adotada é o Cine-Debate que, no mês de maio de 2013, contemplou os seguintes temas: “Atuação do psicólogo junto à população em situação de rua” e “Luta Antimanicomial”.

Outra ação realizada foi a 2ª Roda de Conversa sobre a atuação do psicólogo junto aos idosos, que permitiu aos profissionais participantes apresentar e discutir suas experiências e a situação real das condições de trabalho.

A parceria entre a subsede do CRP-RJ e a Seccional Campos do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ), estabelecida desde o ano de 2012, permitiu a realização, em maio de 2013, da I Plenária Ampliada Preparatória para as Conferências Municipais de Assistência Social.

O objetivo dessa ação foi mobilizar os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) das regiões Norte e Noroeste Fluminenses para participar das conferências de Assistência Social com a sugestão de propostas de diretrizes relacionadas aos trabalhadores do SUAS.

A parceria com o CRESS-RJ também tem produzido efeitos no que diz respeito às fiscalizações em conjunto. Tais ações possibilitam a identificação dos serviços prestados pelas equipes multiprofissionais que atuam nas diversas áreas, enfatizando a importância da articulação do trabalho intersetorial e em rede para o atendimento integral e de qualidade aos seus usuários.

Em se tratando do Controle Social, a subsede vem atuando no sentido de ampliar a representatividade através da inserção nos seguintes conselhos no município de Campos: Conselho Municipal de Assistência Social; Conselho Municipal do Direito do Idoso; Conselho Municipal para Inclusão da Pessoa com Deficiência e Conselho Municipal de Igualdade Racial.

Comissão Gestora: Fátima dos Santos Siqueira Pessanha (CRP 05/9138) - conselheira presidente; Denise da Silva Gomes (CRP 05/41189) - conselheira; Evelyn Rebouças de Gouvêa (CRP 05/41205) - colaboradora.

Contato: subsedecampos@crprj.org.br / Tel: (22) 2728-2057.

Comissão Gestora da Região Serrana mobiliza profissionais e estudantes em 2013

A Comissão Gestora da Subsede do CRP-RJ na Região Serrana apresenta os principais eventos ocorridos em 2013 na região. Foram diversos os temas abordados, muitos deles sugeridos pelos profissionais e debatidos a partir das especificidades regionais.

Nossas ações tiveram início no dia 26 de fevereiro com o Pré-Corep, realizado no Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CDDH) com a mesa “Psicologia e políticas inter-setoriais em tempos de emergências e desastres”. Foram eleitos sete delegados e um estudante para fortalecer a representação da região no Congresso Regional de Psicologia (COREP).

A nossa agenda em maio foi repleta de atividades comemorativas do Dia Nacional da Luta Antimanicomial (18 de maio). Apoiamos, no dia 27, um Ato Coletivo pela Luta Antimanicomial realizado pelo CRDH/CDDH de Petrópolis, e, no dia 29, organizamos a mesa “O CAPS e a Política de Saúde Mental no SUS”, fomentando o debate sobre Saúde Mental, o processo de desinstitucionalização e a Reforma Psiquiátrica.

Visando a suprir uma demanda dos psicólogos da região, promovemos, em parceria com a Comissão de Orientação e Ética do CRP-RJ (COE), quatro Oficinas Laudos e Pareceres, entre maio e junho, nos municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo. Ministradas pela conselheira Ágnes Cristina da Silva Pala (CRP 05/32409), as oficinas tinham o objetivo de elucidar dúvidas a respeito da elaboração dos documentos por psicólogos.

Em agosto, participamos da IX Conferência Municipal de Assistência Social, na qual foi eleito delegado para a etapa estadual o psicólogo e colaborador da Comissão Gestora Ismael Damas (CRP 05/42823). Ainda em agosto, participamos da cerimônia em homenagem ao Dia do Psicólogo (27) promovida pela Câmara Municipal de Petrópolis.

Como estratégia de aproximação com os estudantes de Psicologia da região, participamos de dois importantes eventos na Universidade Católica de Petrópolis: a Oficina “Formação do Psicólogo” (em agosto) e a V Semana Científica do Centro de



ARQUIVO CRP-RJ

Evento sobre Saúde Mental em Petrópolis

Ciências da Saúde, com a oficina “O papel do CRP na sociedade” (em setembro).

Ainda em setembro, compomos a XII Conferência Municipal de Saúde, da qual o CRP-RJ foi um dos organizadores. A Comissão Gestora está presente também no Conselho Municipal de Saúde como membro da Comissão Permanente de Saúde Mental e no Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas, ambos de Petrópolis.

Comissão Gestora: Simone Garcia da Silva (CRP 05/40084) – conselheira-presidente; Colaboradores – Fabíola Foster de Oliveira (CRP 05/42893), Ismael Eduardo Machado Damas (CRP 05/42823) e Josiane Oliveira Santos (CRP 05/44374).

Contato: subsedepetropolis@crprj.org.br / Tel: (24) 2243-0834.

Anuidade 2014: veja os valores aprovados

Foi aprovado por unanimidade pelas (os) psicólogas (os) presentes na Assembleia Orçamentária (veja no box abaixo) o aumento de 6,38% nos valores da anuidade e das taxas para o ano de 2014. Esse reajuste é referente à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) entre agosto de 2012 e julho de 2013.

O valor da anuidade para pessoa física ficou estabelecido em R\$ 360,94 (trezentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos) e para pessoa jurídica em R\$ 451,72 (quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e dois centavos). O vencimento da anuidade é 31 de março de 2014.

Foram votados e aprovados também os valores das taxas, que sofreram o mesmo percentual de reajuste empregado na anuidade (6,38%).

TABELA DE TAXAS

Inscrição de Pessoa Física	R\$ 71,22	(20% do valor da anuidade de P. Fís.)
Segunda Via da Carteira	R\$ 14,24	(4% do valor da anuidade de P. Fís.)
Inscrição de Pessoa Jurídica	R\$ 268,12	(60% do valor da anuidade de P. Jur.)

Atenção: Em caso de dúvidas, envie e-mail para cobranca@crprj.org.br ou entre em contato com a sede do CRP-RJ ou com a subsede mais próxima. No caso de envio de e-mails, o setor responsável tem até 5 (cinco) dias úteis para resposta.

Assembleia Orçamentária acontece na sede do CRP-RJ

Em Assembleia Orçamentária realizada no dia 15 de agosto, na sede do CRP-RJ, na Tijuca, psicólogos e psicólogas do estado do Rio aprovaram por unanimidade a proposta de reajuste de 6,38% no valor da anuidade, das taxas e multas para o ano de 2014. Durante o evento, foi feita ainda a apresentação dos demonstrativos de receitas e despesas do Conselho em 2012 e até julho de 2013 e votado também o orçamento para 2014.

O então conselheiro-tesoureiro do CRP-RJ, Alexandre Ferreira do Nascimento (CRP 05/33108), deu início ao evento destacando que “a Assembleia é um momento importante para o profissional entender o processo financeiro e orçamentário no Conselho”.

A Assembleia Orçamentária foi amplamente divulgada no site, nas mídias sociais e nos informativos on-line do CRP-RJ. O evento foi aberto à participação de todos, mas somente os (as) psicólogos (as) em pleno gozo de seus direitos puderam votar.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS ADAPTADO DE JAN. A DEZ. DE 2013

RECEITAS

Receitas de Contribuições	8.758.802
Receitas de Serviços	176.110
Receitas Financeiras	624.873
Dívida Ativa	153.008
Outras Receitas	27.239
Total das Receitas Brutas	9.740.032

TRANSFERÊNCIAS

Conselho Federal de Psicologia	2.344.347
Total das Receitas Líquidas	7.395.685

DESPESAS

Pessoal, Encargos Trabalhistas, Benefícios e Estagiários	3.896.425
Jeton, Diárias e Ajudas de Custo	253.498
Passagens	50.826
Hospedagens	109.542
Materiais de Consumo	42.396
Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídicas	1.351.440
Tributos	54.581
Serviços Bancários	182.456
Demais despesas correntes	128.013
Restos a pagar	270.365
Total das Despesas de Operações	6.339.542

INVESTIMENTOS

Reformas	0
Móveis e Utensílios	7.526
Máquinas e Equipamentos	1.128
Veículos	0
Equipamentos de Informática	94.827
Softwares	24.123
Total dos Investimentos	127.604

Total das Despesas	6.467.146
---------------------------	------------------

SUPERÁVIT FINANCEIRO DO PERÍODO	928.539
--	----------------

Escuta de crianças e adolescentes é tema de duas audiências públicas na ALERJ

A Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) realizou, no final de 2013, duas audiências públicas para discutir a escuta e a intervenção nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

A primeira aconteceu no dia 17 de outubro e teve a participação da promotora de Justiça Patrícia Pimentel, que apresentou um projeto elaborado pelo Ministério Público para criar um centro de atendimento de saúde à criança e ao adolescente em situação de violência.

O psicólogo e membro do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDCA) André Rangel (CRP 05/19996) criticou a proposição do projeto e defendeu que ele deveria ter sido discutido em conjunto com os profissionais que atuam na rede, considerando as políticas públicas que já existem, de forma a promover a sua articulação com a política de atendimento de crianças e adolescentes.



Primeira audiência pública é realizada na Alerj

Alexandre Ferreira do Nascimento (CRP 05/33108), psicólogo e colaborador do CRP-RJ, lamentou “que a audiência proposta para se discutir a escuta na rede

de atendimento tenha se resumido à discussão de um projeto do Ministério Público sobre uma modalidade de inquirição que não é aceita como prática psicológica, conforme a Resolução nº 10/2010 do CFP”.

Uma segunda audiência foi convocada e realizada em 13 de novembro com participação de Alexandre Nascimento, pela Fundação da Infância e Adolescência (FIA), Paula Mancini, pelo Núcleo de Atenção à Violência (NAV), e Silvia Calache, do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RJ).

Alexandre falou sobre alguns programas que a FIA possui. “A Fundação tem como objetivo oferecer um atendimento especializado interdisciplinar, voltado à criança em situação de violência, principalmente em um momento em que o caso precisa ser avaliado tecnicamente”.

Já Paula tratou das ações e objetivos do NAV. “Oferecemos o tratamento às vítimas independente da confirmação da situação de violência, pois, em nossa escuta, vimos que a criança ou adolescente pode precisar ser tratado a partir de uma suspeita levantada, mesmo não confirmada”.

“Acima de tudo está a criança, não as normativas e as instituições. Então, diante do depoimento sem dano, a criança e o adolescente têm o direito de ficar calada.

Concordo com o Nascimento que não cabe ao psicólogo ou ao assistente social esse papel”, defendeu, por sua vez, Silvia.

Roda de conversa sobre Saúde Mental acontece no CRP-RJ

Psicólogas (os) e assistentes sociais que atuam na Rede de Saúde Mental do estado do Rio participaram, no dia 21 de outubro de 2013, na sede do CRP-RJ, de uma roda de conversa promovida em conjunto com o Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região.

O presidente do CRP-RJ, José Novaes (CRP 05/980), deu início ao encontro ressaltando a importância da mobilização desses profissionais. “Essa é uma roda de conversa para que possamos discutir em conjunto a situação da Saúde Mental e das políticas públicas em nosso estado”, afirmou.

A conselheira do CRESS-RJ, Silvia Calache, destacou que o objetivo do encontro era “ouvir os profissionais que atuam nos CAPS” e provocar a reflexão sobre a temática da Saúde Mental no contexto da realidade atual de nosso estado.

Representantes do Comitê de Prevenção e Combate à Tortura do Estado do Rio de Janeiro apresentaram os resultados contidos no “Relatório de Inspeção em Comunidades Terapêuticas Financiadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro”, elaborado em 2013 pelo CRESS-RJ, Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ, Justiça Global e Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT-RJ), com apoio do CRP-RJ.



Profissionais durante a roda de conversa na sede do CRP-RJ

Em seguida, os profissionais presentes participaram de um debate, no qual foram abordadas importantes questões, como os avanços obtidos com a Reforma Psiquiátrica, as problemáticas decorrentes da atuação das comunidades terapêuticas na Assistência, a política de criminalização das drogas e a importância dos CAPS.

Ato Médico: a luta continua

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro está acompanhando de perto a tramitação do Projeto de Lei nº 6.126/2013, enviado pelo governo federal ao Congresso no mesmo dia em que a Lei do Ato Médico (Lei nº 12.842) foi aprovada em sessão conjunta entre deputados e senadores (20 de agosto).

O projeto de lei propõe alterar a Lei nº 12.842, restabelecendo como atividades privativas dos profissionais de Medicina o diagnóstico nosológico e a respectiva prescrição terapêutica, além de procedimentos invasivos e a direção de serviços médicos, excetuando-se a prática da acupuntura e do diagnóstico psicológico de depressão leve.

O texto se encontra atualmente na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados, mas foi retirado, no dia 18 de dezembro, da pauta de votação da CSSF e deverá ser apreciado novamente após o retorno do recesso parlamentar, no dia 4 de fevereiro.

O PL recebeu, no dia 28 de novembro, um parecer favorável de seu relator, o deputado Nazareno Fonteles (PT-PI), e também uma proposta de emenda ao texto, de autoria do deputado Professor Sérgio de Oliveira (PSC-PR), que, no entanto, foi rejeitada pelo relator.

A emenda tinha o intuito de salvaguardar as competências dos demais profissionais da Saúde, sugerindo que fossem acrescentadas no texto as expressões “diagnóstico nosológico médico” e “prescrição terapêutica médica”.

Na avaliação do CRP-RJ, o projeto contraria gravemente a autonomia da Psicologia e afeta diretamente os serviços de saúde prestados à população. Isso porque, nos moldes em que foi apresentado, o PL remonta a um modelo de saúde hierarquizado, medicalizante e hospitalocêntrico que concentra na

estabelecidos como atividades privativas dos médicos. Profissionais e conselhos de 14 áreas da Saúde, incluindo os da Psicologia, iniciaram, então, uma intensa mobilização nacional – que durou mais de 11 anos – contra partes do texto do projeto que feriam a autonomia na atuação dessas profissões nas esferas pública e privada da saúde.

ARQUIVO CRP-RJ



Cartaz pede o veto da presidente Dilma ao Ato Médico em manifestação em junho de 2013, no Centro do Rio.

Depois de integralmente aprovado no Senado Federal em junho de 2013 durante uma sessão esvaziada, o texto foi sancionado, em julho, pela presidente Dilma com nove vetos ao Artigo 4º, assegurando, assim, o respeito à atuação multiprofissional na rede de saúde.

No dia 20 de agosto, os vetos presidenciais foram mantidos por deputados e senadores em sessão conjunta no Congresso numa decisão que foi considerada uma importante vitória para a saúde pública, a população e os profissionais da Saúde.

É importante destacar que os Conselhos de Psicologia jamais se posicionaram

contra a regulamentação do exercício da Medicina. O pleito é contra a hierarquização dos serviços de saúde centrada na figura do médico em detrimento aos demais profissionais, o que compromete a atenção integral e multidisciplinar à saúde da população brasileira.

Sobre o Ato Médico

Em tramitação no Congresso desde 2001, o projeto de lei conhecido como Ato Médico dispõe sobre a regulamentação do exercício da Medicina em nosso país.

Desde então, o projeto gerou polêmicas ao propor que o diagnóstico e prescrição terapêutica fossem

figura do médico prerrogativas que ferem recentes conquistas no âmbito do SUS.

O CRP-RJ segue atento à tramitação desse projeto de lei. Fique ligada (o) você também em nosso site e mídias sociais para acompanhar essa discussão!